

Relatório Anual de Informações

2021

Planos de benefícios da



APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações (resumido) de cada plano administrado atende às exigências da boa governança corporativa, da transparência e da legislação estabelecidas na Resolução CNPC nº 34/2019. O Relatório completo encontra-se disponível no portal da Ceres, no endereço www.ceres.org.br.

O objetivo do documento é apresentar aos patrocinadores, participantes e assistidos de cada plano patrocinado as principais realizações, as demonstrações patrimoniais, a política e o demonstrativo de investimentos, os respectivos resultados, as demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres atuariais, dos auditores independentes e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Espera-se, dessa forma, racionalizar a divulgação das informações fundamentadas na legislação em vigor com foco nos resultados de maior impacto nos planos de benefícios.

Os números apresentados neste Relatório de Atividades 2021 mostram aos participantes em fase contributiva que seus benefícios estão assegurados e aos assistidos a tranquilidade de que continuarão a ter, todos os meses, as suas suplementações efetuadas.

Além disso, ratificam às empresas patrocinadoras, que a decisão de instituírem planos de previdência complementar e confiarem sua gestão à Ceres foi uma ótima estratégia de valorização e preservação do capital humano.

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2021	5
MENSAGEM DA DIRETORIA	Erro! Indicador não definido.
MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	Erro! Indicador não definido.
MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL.....	Erro! Indicador não definido.
DESTAQUES DO ANO	6
CONTEXTO ORGANIZACIONAL.....	11
PLANOS DE BENEFÍCIOS	15
POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA.....	16
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB) .	16
GESTÃO DO PASSIVO EM 2021	16
AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021	17
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	19
ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)	20
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	20
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO.....	20
METAS E ÍNDICES	20
GESTÃO DOS RISCOS	20
RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS	22
PLANO EMBRAPA BÁSICO.....	22
PLANO EMBRAPA FLEXCERES	25
SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR EMBRAPA	27
INVESTIMENTOS DOS PLANOS	28
ALOCÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO	28
PLANO EMBRAPA BÁSICO	28
PLANO EMBRAPA FLEXCERES.....	29
RESULTADOS EM 2021	30
RENDA FIXA	30
RENDA VARIÁVEL.....	31
ESTRUTURADOS	32
IMOBILIÁRIO.....	33
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES.....	34
EXTERIOR	35
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO.....	36
COTA PATRIMONIAL DO PLANO EMBRAPA FLEXCERES.....	37

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	38
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA).....	38
DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS	39
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	41
ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	42
ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	44
ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	51
ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL	54
ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	56
ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS	57

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2021

Patrocinadores



Instituidores



Conselho Deliberativo

Bruno do Santos Alves Figueiredo Brasil (Presidente)

Maria do Socorro Barbosa Guedes

Raimundo Alves de Araújo

Raimundo Braga Sobrinho

Úrsula Maria Ludwig Moraes

Walter Diniz Gusmão Machado

Conselho Fiscal

Emídio Casagrande (Presidente)

Claudio Augusto Bortolini

José Eden de Medeiros

Jonas Pereira do Espírito Santo

Diretoria Executiva

José Roberto Rodrigues Peres (Diretor Superintendente)

José João Reis (Diretor de Investimentos)

Washington Luiz de Carvalho e Silva (Diretor de Seguridade)

Washington Luiz de Carvalho e Silva (Diretor de Seguridade)

MENSAGEM DA DIRETORIA

Podemos considerar 2021 como o ‘ano da colheita’ para a Ceres, em que os projetos aos quais nos dedicamos em 2019 e 2020 deram os tão esperados frutos.

Continuamos avançando na implantação da gestão por processos. Finalizamos o ano com doze processos automatizados dentro da ferramenta de gestão documental (SeSuite), monitorando o estado de cada atividade, aumentando a eficiência e a qualidade das entregas.

Mantivemos a frequência de encontros virtuais entre a Diretoria Executiva da Ceres com as equipes, grupos de trabalho, órgãos de controle e parceiros. Além de possibilitar o aprimoramento de aspectos operacionais e de sistema, as reuniões virtuais estimularam a criação de projetos temáticos estruturantes e Grupos de Trabalho por meio dos quais implementamos melhorias na governança e na gestão da Ceres.

Concluímos o estudo de transformação dos planos CV em planos CD; aprimoramos o nosso ALM; melhoramos as condições de concessão de empréstimos aos participantes e assistidos; iniciamos a campanha de atualização cadastral com vistas à construção de um cadastro mais fidedigno para a Ceres; promovemos diversas campanhas, com destaque para a Trilha de Educação Financeira realizada em parceria com a XP Investimentos e a XPEED e implementamos duas excelentes novidades no plano Família Ceres: a melhoria da jornada de adesão e o programa de cashback.

Em relação aos investimentos, as previsões dos analistas do mercado financeiro para 2021 eram as melhores possíveis. No entanto, o que se viu e como todos acompanharam, estas previsões não se concretizaram. Lamentavelmente, o ano foi marcado por fatores conjunturais negativos no mercado financeiro que impactaram a rentabilidade dos planos de benefícios. Mesmo assim, a equipe da Diretoria de Investimentos trabalhou fortemente para buscar os melhores resultados para os participantes, minimizando o impacto do cenário adverso. No consolidado, os investimentos apresentaram rentabilidade de 5,96%. O resultado da grande maioria dos planos foi satisfatório. Considerando o ajuste de precificação, os planos tiveram superávit acumulado de R\$ 520 milhões. Dos 18 planos administrados pela Ceres, excetuando o plano da Embrater, cinco apresentaram resultados negativos, mas, ainda assim, como demonstram as informações contidas neste Relatório, mantiveram a capacidade de honrar seus compromissos junto aos participantes e assistidos.

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

O ano de 2021 foi de muitos desafios e transformações. Assim como o exercício de 2020, foi marcado pela pandemia da Covid-19. No entanto, com medidas adotadas em resposta à pandemia, obtivemos resultados positivos no que se refere aos indicadores de governança, solidez, capacidade de transformação e de superação.

Ainda que, diante de um cenário desfavorável, nos mantivemos estimulados e alinhados com o propósito e missão da Fundação Ceres, de assegurar proteção previdenciária para os nossos cerca de mais de 20 mil associados. Que depositam toda confiança neste Conselho.

Entendemos que é nosso papel fundamental sermos transparentes perante nossos patrocinadores, participantes, assistidos, assim como um todo, disponibilizando informações em quantidade e qualidade suficientes para o entendimento claro sobre a forma com que conduzimos nossas decisões.

Em 2021, o Conselho Deliberativo se reuniu 13 vezes. Ao longo do exercício, o Colegiado analisou e deliberou pautas importantes. Entre as principais pautas estão a aprovação do Relatório Anual de Informações; Plano de Trabalho; Demonstrações contábeis; Planos de custeios; Política de Investimentos; Alteração estatutária; Novo Código de Conduta Ética; Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal.

A Fundação atingiu um novo patamar com os resultados alcançados em 2021 e, no próximo ano, queremos manter a entrega desses resultados consistentes. Vamos trabalhar incansavelmente a favor dos nossos beneficiários e participantes sempre com o foco na proteção previdenciária presente e futura.

Encerramos 2021 com avanços significativos que serão alicerces para a Fundação Ceres se tornar cada vez mais competitiva, eficiente e sólida. Agradecemos a todos pela confiança em nosso trabalho. Os aprendizados serão fundamentais para construirmos um futuro melhor.

MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

A exemplo de 2020, o ano de 2021 foi mais um que ficou marcado pela pandemia da Covid-19. Novamente, fomos colocados à prova e vivemos momentos desafiadores. No entanto, mesmo em um cenário tão adverso, buscamos novas oportunidades que fizeram com que, mais uma vez, esse Colegiado trabalhasse intensamente para cumprir a sua missão de monitorar a gestão econômico-financeira e administrativa da Fundação.

Durante o ano, este Conselho elaborou relatórios sobre as demonstrações contábeis que atestaram a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

O monitoramento realizado mensalmente pelo Conselho Fiscal, cujas informações podem ser acompanhadas neste Relatório, demonstra que a Ceres caminha conforme o seu propósito de honrar seu compromisso previdenciário e garantir o futuro dos nossos clientes - os participantes e assistidos, que depositaram nas nossas mãos o sonho de uma aposentadoria tranquila e sem imprevistos. Esses são alguns dos resultados de nosso trabalho.

Encerramos o ano com nossa missão cumprida e cada vez mais engajados e comprometidos em fazer valer cada voto de confiança, que nos foi depositado pelos nossos patrocinadores, participantes e assistidos.

DESTAQUES DO ANO

2021, O ANO DA TRANSFORMAÇÃO

O ano de 2021 certamente ficará marcado na memória de todos nós, devido aos desafios. Apesar de todos os percalços e perdas que os acontecimentos trouxeram, para a Ceres 2021 foi um ano de evolução e crescimento.

CERES DIGITAL: MAIS SEGURANÇA, AGILIDADE E AUTONOMIA

A Transformação Digital está acontecendo em todas as empresas e no segmento de Previdência Complementar não é diferente. A Ceres e outras Fundações estão diante da necessidade de reinventar seus processos para torná-los mais digitalizados. O Projeto Ceres Digital nasceu em 2020, com o objetivo de promover a modernização do ambiente produtivo da Ceres, aumentar a eficiência na execução dos processos com consequente impacto na qualidade dos produtos e serviços da Fundação. Os maiores beneficiados serão os participantes e assistidos, que terão seus planos geridos com mais eficiência e transparência e acesso a informações e serviços de forma mais ágil, com melhor qualidade e maior autonomia.

Infraestrutura - Após a avaliação da infraestrutura de Tecnologia da Ceres, a Fundação vem implementando melhorias voltadas para a transformação digital e constante aprimoramento da segurança da informação. A rede está com 99,8% de disponibilidade, mesmo em casos graves como queda de energia, ação terrorista, desastre ambiental, entre outros, e a operação dos serviços está preparada para um volume maior de acessos, caso seja necessário. Gestão

Documental - A modernização da gestão documental permite que todos os processos de prestação de serviços aos participantes e assistidos (atendimento, solicitação de benefícios, concessão de empréstimos, atualização cadastral, entre outros) aconteçam de forma digital. A proposta é de que, num futuro próximo, todos esses processos possam ser solicitados e acompanhados online pelo participante. A primeira etapa já foi concluída, com a implementação do empréstimo online.

Prestação de Contas - Transparência é um dos pontos centrais do Ceres Digital. Por meio do aplicativo Power BI as informações da Fundação estarão disponibilizadas na internet em um painel de dados e será possível monitorar melhor a situação dos planos. O Power BI é um sistema inteligente que consolida os dados dos sistemas operacionais em painéis que mostram valores e indicadores dos objetivos de forma visual, facilitando a compreensão das informações. Trata-se de uma espécie de “Portal da Transparência” que permitirá à Ceres prestar contas sobre os planos de forma mais clara e acessível, por meio de recursos didáticos, como infográficos, tabelas e lâminas informativas.

Foco no cliente - O objetivo fim do Projeto Ceres Digital é a melhoria do relacionamento da Ceres com seus clientes internos e externos. Além de tudo o que está em andamento, nosso site também será modernizado, com foco na melhoria das funcionalidades da área restrita e estudasse a implementação de inteligência artificial, com a adoção de chatbots para automatizar alguns atendimentos. As facilidades que estão sendo implementadas permitirão que os participantes e assistidos passem a ter mais autonomia para utilizar os serviços e buscar as informações que necessita.

Home Office, estamos colhendo os frutos da transformação digital

Ações implementadas permitiram que, em apenas 24 horas, a Ceres migrasse todas as suas atividades para execução remota, sem descontinuidade dos processos operacionais.

A Fundação Ceres, preocupada em contribuir com o controle da epidemia de Coronavírus e em proteger seus empregados, participantes e assistidos, adotou medidas internas de prevenção.

Desde o dia 18 de março, os colaboradores estão trabalhando em regime de home office. Isso foi possível devido à decisão da Diretoria Executiva da Entidade de investir fortemente em tecnologia e inovação. Essa decisão deu origem ao Projeto Ceres Digital iniciado na Ceres em dezembro/2018.

Segundo a Diretoria Executiva da Entidade, o projeto Ceres Digital tem permitido melhorar e modernizar significativamente o ambiente produtivo da Ceres. Todos os processos estão sendo digitalizados; foram adquiridos novos servidores em nuvem; novos aplicativos e sistemas que tem aumentado a qualidade e eficiência do trabalho dos nossos analistas.

As ações já implementadas no Ceres Digital permitiram que, em apenas 24 horas, a Ceres migrasse todas as suas atividades para execução remota, sem descontinuidade dos processos operacionais, mantendo a prestação de serviço com qualidade para nossos participantes, assistidos e fornecedores.

ALTERAÇÃO REGULAMENTAR – PLANO EMBRAPA BÁSICO

Em 2021 o regulamento do plano de benefícios Embrapa Básico passou por uma revisão e foi alterado para se adequar às regras da Resolução CGPAR nº 25/2018, que é uma comissão interministerial que possui, dentre as suas finalidades, tratar de matérias de governança corporativa nas empresas estatais federais, como é o caso da Embrapa.

A Ceres realizou uma alteração no regulamento do plano Embrapa Básico, para adequá-lo à legislação, visando a possibilidade de contratação de seguro.

A alteração prevê a inclusão dos parágrafos 1º, 2º e 3º ao artigo 45 do regulamento, os quais detalham a forma como o seguro poderá ser contratado e de que modo será paga a indenização, para atender ao disposto na Resolução CNPC no 17/2015 e na IN Previc no 7/2018. Essa sistemática já é adotada pela Ceres em outros planos de benefícios com bastante eficiência.

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A Ceres - Fundação de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), sem fins lucrativos, multipatrocinada e gestora de multiplanos previdências, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

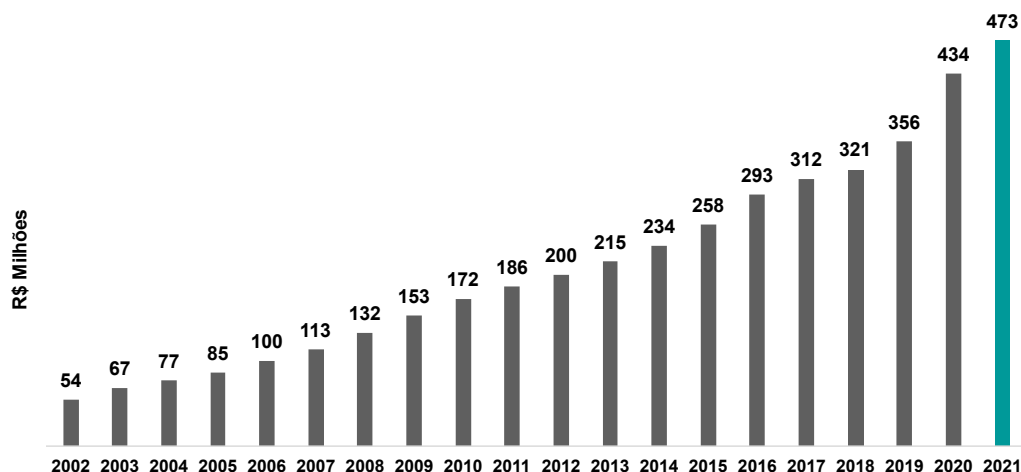
É constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo a gestão de planos de benefícios de caráter previdenciário aos empregados de oito patrocinadores englobando aproximadamente 20 mil participantes e assistidos.

Segue princípios e práticas da boa governança corporativa, controles internos e políticas específicas, buscando assegurar proteção previdenciária aos participantes e suas famílias, com qualidade, ética e transparência. Os membros dos órgãos estatutários e os funcionários são profissionais capacitados, experientes e dedicados, que praticam e prezam atributos calcados no profissionalismo, espírito de equipe, empreendedorismo e comprometimento. As práticas de governança fundamentam-se nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética.

Em 2021, quando a Ceres completou 43 anos, os planos administrados pela Fundação contavam com 22.321 associados, sendo 13.100 (59%) participantes e 9.221 assistidos (41%). Todos os benefícios previstos em todos os planos de previdência foram honrados, com pagamento de aposentadorias complementares no valor de R\$ 473 milhões.

Nos últimos 20 anos (Gráfico 1), a Fundação Ceres já pagou aproximadamente R\$ 4,2 bilhões em benefícios.

Gráfico 1: Evolução do montante pago em benefícios (2001 - 2021)



Atualmente, são administrados pela entidade 18 (dezoito) planos de benefícios, a saber:

Quadro 1: Plano de benefícios administrados em 2021.

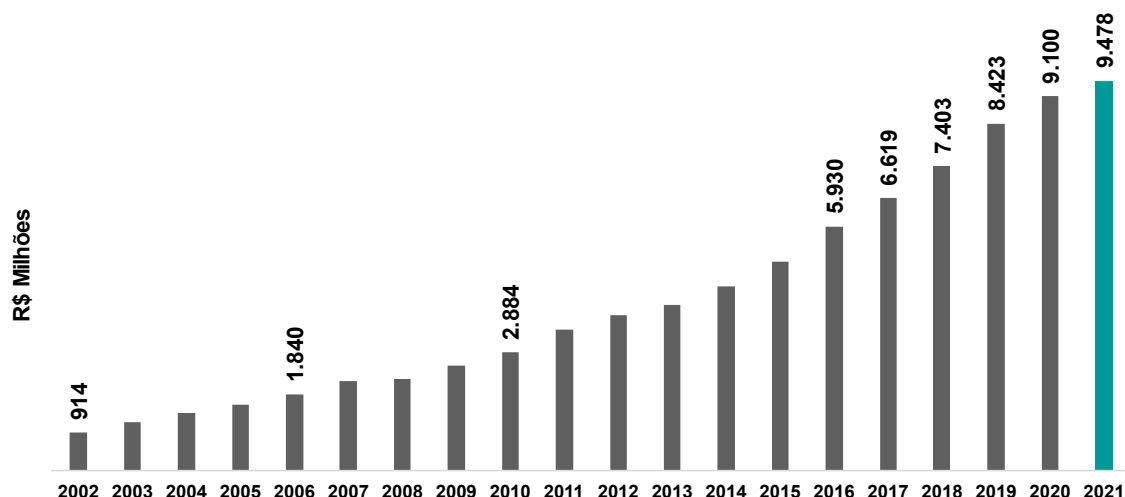
Plano	CNPB	Data Início	Modalidade
Embrapa Básico	1979.0004-92	ago-79	BD
Embrapa-FlexCeres	2007.0007-92	mai-07	CV
Embrater Básico	1979.0005-65	ago-79	BD
Ceres Básico	2007.0010-47	out-79	BD
Ceres-FlexCeres	2007.0008-65	dez-05	CV
Epagri Básico	1981.0001-19	jan-81	BD
Epagri-Flexceres	2005.0023-56	jul-05	CV
Epagri Saldado	2005.0022-83	jul-05	BD
Emater Básico	1982.0001-47	fev-82	BD
Emater-FlexCeres	2007.0026-47	nov-07	CV
Emater Saldado	2007.0025-74	nov-07	BD
Epamig Básico	1982.0008-56	mar-82	BD
Epamig-FlexCeres	2007.0033-92	jan-08	CV
Epamig Saldado	2007.0031-47	jan-08	BD
Cidasc FlexCeres	2009.0011-92	jan-10	CV
ABDI-FlexCeres	2013.0009-11	ago-13	CD
EmaterDF-FlexCeres	2014.0008-83	set-14	CV
Família Ceres	2018.0003-65	jun-18	CD

Legenda: **BD** - Benefício Definido; **CV** - Contribuição Variável; **CD** - Contribuição Definida.

PATRIMÔNIO TOTAL

De 2002 até dezembro de 2021, o patrimônio (ativo total¹) administrado pela Ceres cresceu mais de 1000%, passando de R\$ 914 milhões para R\$ 9,5 bilhões (Gráfico 2). Em 2021, a Fundação ocupava a 18ª posição no ranking dos maiores fundos de pensão do país, segundo a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Gráfico 2: Evolução do valor dos ativos dos planos administrados pela Ceres (2001 - 2021)



¹ O Ativo total representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos. Compreende especialmente os recursos investidos.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA E OS COMPROMISSOS

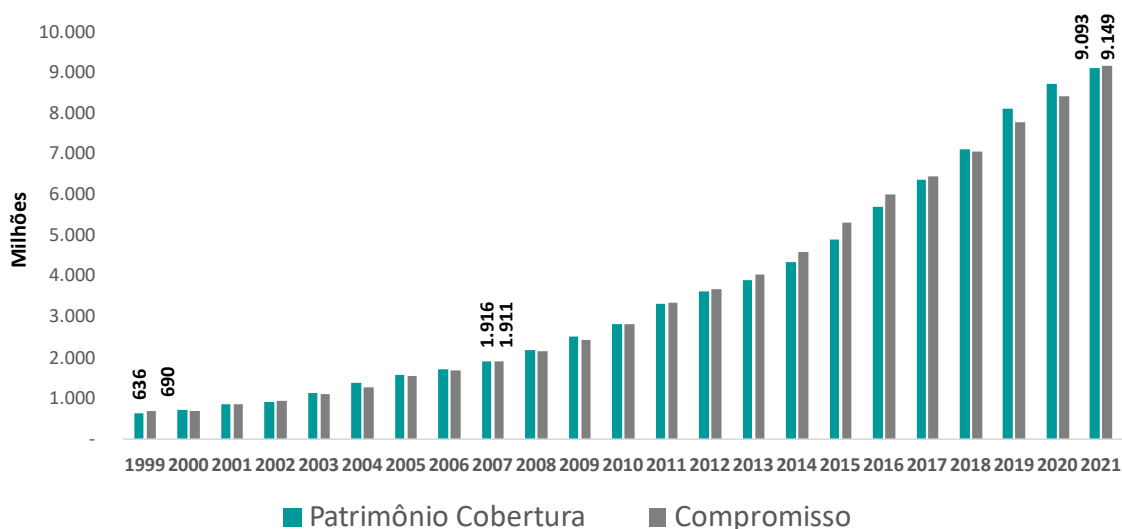
O gráfico 3, a seguir, apresenta a evolução histórica do patrimônio de cobertura comparada ao crescimento do compromisso nos últimos vinte anos, ou seja, de 1999 a 2020.

O patrimônio de cobertura é o conjunto dos recursos destinados à cobertura dos compromissos do plano, isto é, para fazer face ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.

Os compromissos correspondem ao montante atual necessário para honrar o pagamento dos benefícios contratados pelos participantes e assistidos.

Ao confrontar, de forma consolidada, o patrimônio de cobertura dos planos e os respectivos compromissos, tem-se que o resultado ficou aquém do compromisso previdenciário em 55,2 milhões, sobretudo pela redução da taxa de juros atuarial. No entanto, quando considerado o ajuste de precificação, o resultado é positivo.

Gráfico 3: Evolução do valor do patrimônio de cobertura X os compromissos (2001 - 2021)



PLANOS DE BENEFÍCIOS

Um plano de benefícios é um conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais, mediante a formação de poupança advinda das contribuições dos patrocinadores e participantes e da rentabilidade dos investimentos feitos. Possui independência patrimonial, contábil e financeira.

A Embrapa é patrocinadora de dois planos com características distintas: o Embrapa Básico, de Benefício Definido (BD); e o Embrapa FlexCeres, um de Contribuição Variável (CV) como pode-se observar no Quadro 2.

Quadro 2: Principais características dos planos Embrapa Básico e Embrapa FlexCeres.

Plano Embrapa Básico	Plano Embrapa-FlexCeres
Mesmo elenco de beneficiários	Mesmo elenco de beneficiários
Benefícios programados e de risco	Benefícios programados e de risco
Contribuições patronais - taxa de 21,266% sobre a folha dos salários de participação dos participantes	Contribuição patronal - limite de 8% dos salários de participação dos participantes
Plano de aposentadoria mutualista	Plano de aposentadoria individual
Benefício pré-definido (média dos 12 últimos salários de participação)	Meta de Benefício (depende do valor acumulado)
Não permite aumento do benefício, pois o limite é definido em função do salário de participação.	Permite aumento do benefício mediante contribuições/aportes extraordinários, inclusive portabilidade.
Benefício de risco = baseado na média do salário de participação	Benefício de risco = baseado na meta programada
Contribuição mensal em função do salário (não pode ser alterada)	Contribuições podem variar
Benefício a partir de 15 anos de vinculação ao plano	Benefício a partir de 5 anos de vinculação ao plano
Aposentadoria Programada antecipada a partir dos 44 anos de idade, desde que comprovada a rescisão do contrato de trabalho e aposentadoria pelo INSS.	Aposentadoria Programada antecipada a partir dos 55 anos de idade e rescisão do contrato de trabalho
Aposentadoria proporcional (fator atuarial de antecipação de idade)	Aposentadoria proporcional ao valor acumulado (saldo de contribuições)
Aposentadoria Programada e Risco: mediante rescisão contratual e Comprovação do INSS	Aposentadoria Programada = Rescisão contratual; Aposentadoria Risco = Rescisão de contrato + Comprovação aposentadoria INSS
Reajuste do benefício: INPC	Reajuste benefício: com base na rentabilidade, limitado ao INPC.

Mais informações estão disponíveis no site da Ceres, no endereço www.ceres.org.br

POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA

A Política de Previdência, estabelece os princípios e diretrizes da gestão da seguridade e é referência para as ações e projetos a serem estabelecidos no período de 2021 a 2023.

Tem como objetivo geral orientar a formulação de estratégias para a melhor gestão dos planos de benefícios administrados pela Ceres, resguardando essencialmente aos participantes e assistidos dos planos, e aos seus beneficiários, a proteção previdenciária para os participantes ao se desvincularem da empresa patrocinadora ou se afastarem para tratamento da saúde, acidente, invalidez, reclusão ou morte, por meio das coberturas de auxílios, aposentadorias e pensão, sob a forma de pecúlio e rendas vitalícias, temporárias ou pagamento único.

A este objetivo geral subordinam-se os seguintes objetivos específicos:

- I. Assegurar a execução do contrato previdenciário na forma prevista nos regulamentos dos planos, de modo a preservar o direito dos participantes e assistidos, considerando os princípios de segurança, solvência, liquidez e transparência;
- II. Adotar boas práticas de governança corporativa com recomendações objetivas, garantindo a independência do processo de previdência por meio de decisões compartilhadas entre Grupo de Análise Preliminar de Seguridade (GAPS), Comitê de Seguridade (CS), Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- III. Orientar as partes envolvidas na gestão de previdência, Ceres, Patrocinadores, Instituidores e Representantes dos planos, quanto às diretrizes da gestão previdencial necessárias para a condução dos trabalhos;
- IV. Aprimorar o relacionamento entre Patrocinadores, instituidores, Participantes, Assistidos, Empregados, Órgãos Estatutários e Órgãos Externos;
- V. Garantir a assertividade nas informações, apresentações e demonstrações da Ceres na gestão dos planos de benefícios, aos clientes internos e externos, mediante a utilização de recursos e sistemas de tecnologia digital.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB)

O Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios - ARPB, profissional qualificado e responsável pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras aos planos e benefícios administrados pela Ceres, é o Diretor de Seguridade, Engenheiro Agrônomo Washington Luiz de Carvalho e Silva, habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Seguridade e ARPB.

GESTÃO DO PASSIVO EM 2021

A gestão do passivo atuarial tem como princípios a obediência às normas, a garantia do equilíbrio e solvência dos planos, o contínuo aprimoramento das metodologias adotadas e a supervisão do risco.

Uma ferramenta básica para a gestão do passivo dos planos é a avaliação atuarial, um estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano de previdência. Essa avaliação está alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das

variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial.

Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021

A avaliação atuarial se baseia em premissas para projetar os benefícios futuros dos atuais participantes e o custeio para financiar esses compromissos. Elas se dividem em econômico-financeiras, biométricas e demográficas.

As principais premissas utilizadas são:

Tábua de Mortalidade Geral: é uma hipótese utilizada para estimar a expectativa de vida dos participantes e assistidos, exceto aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento dos benefícios e, por consequência, no valor do compromisso dos benefícios de aposentadoria programada e das pensões. Quanto maior a expectativa de vida, maior será o custo do plano. Foi aprovada a tábua mais aderente à situação de cada plano.

Tábua de Mortalidade de Inválidos: é utilizada para estimar a expectativa de vida dos aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento da aposentadoria por invalidez e, por consequência, no valor do compromisso destes benefícios. Quanto maior a expectativa de vida maior será o custo do plano.

Tábua de Entrada em Invalidez: é utilizada para estimar a probabilidade de novas concessões de aposentadoria por invalidez e impacta no custo da aposentadoria por invalidez. Quanto maior a probabilidade de ocorrência de invalidez, maior será o custo do plano.

Fator de Capacidade de Salários e Benefícios: é uma hipótese utilizada para estimar o nível real dos compromissos dos planos, uma vez que os salários e benefícios ao longo do tempo são reajustados uma vez ao ano, mas a inflação ocorre mensalmente.

Taxa de Crescimento Real de Salários: é utilizada para projetar o salário do participante para a data de aposentadoria e estimar o valor da aposentadoria programada. Quanto maior a taxa de crescimento real, maior o valor do benefício projetado e, consequentemente, maior o custo do plano. Isso acontece somente para salários dos participantes que estão abaixo do teto do salário de participação.

Taxa Real de Juros: é utilizada como taxa de desconto para trazer ao valor de hoje, os compromissos dos planos de benefícios com seus participantes e assistidos.

Na avaliação atuarial de 2021, foram consideradas as normas estatutárias e regulamentares que regem o plano e a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs em vigor na data-base desta avaliação.

O Conselho Deliberativo aprovou, em dezembro de 2021, a atualização das hipóteses utilizadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios administrados pela Ceres. A decisão do Conselho teve por base o estudo de aderência das hipóteses atuariais, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios e pela Gerência de Estatística e Atuária, com o objetivo compatibilizar as hipóteses às características da massa de participantes de cada plano de benefícios

As premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 2021 estão apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Premissas Atuariais.

Premissa Atuarial	Plano	
	Embrapa Básico	Embrapa FlexCeres
Tábua de Mortalidade Geral	AT 83 Male & Female	BR-EMSsb-v.2015 Male & Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 M&F	
Tábua de Entrada de Invalidez	TASA 1927	
Taxa Real de Juros	4,97%	4,31%

Os resultados da avaliação atuarial dos planos Embrapa Básico e Embrapa FlexCeres estão apresentados no Parecer Atuarial, que está disponível no Anexo 7. Esse documento tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos em vigor na Fundação Ceres tem como base a Resolução nº 4.661/2021, do Conselho Monetário Nacional- CMN e suas alterações. É elaborada anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício a que se referir. Depois de aprovada, deve ser encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Na formulação da Política de Investimentos são considerados os critérios e preceitos do Manual de Governança Corporativa e Código de Ética da Ceres, dos Códigos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, além de princípios e critérios de investimentos socialmente responsáveis.

A Política de Investimentos é orientada pelo passivo atuarial. Na aplicação e gestão dos recursos são consideradas a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações. São adotadas regras, procedimentos e mecanismos de controles internos e de avaliação de riscos, observados o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada um dos planos de benefícios, com vistas a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial de cada plano. É feito o acompanhamento contínuo e sistemático, gerenciando o risco e o retorno esperado dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicação, com uso de modelos e estratégias que visam reduzir riscos e maximizar a rentabilidade.

As diretrizes de investimentos foram estabelecidas com base em estudos de cenários macroeconômicos futuros e uso de ferramentas específicas. Os recursos foram alocados prioritariamente em empresas ou projetos socialmente responsáveis, ou seja, que criam valor para todos os envolvidos, de modo a garantir segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência ao patrimônio administrado, com base em critérios que definem claramente as margens de tolerância aos riscos e as restrições para os investimentos em diferentes categorias de ativos. A atividade é exercida com boa fé, lealdade e diligência. Os dirigentes zelam por elevados padrões éticos e adotam práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

Os procedimentos adotados objetivam assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja transparente, totalmente independente da decisão de um gestor específico e que as estratégias utilizadas na aplicação dos recursos valorizem as questões socioambientais e estimulem a governança corporativa. As decisões são tomadas por órgãos colegiados, formados pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos - GAPI, pelo Comitê de Investimentos - CI e pela Diretoria Executiva. Além destes, existem também os Comitês Consultivos de Planos - CCPs em todos os patrocinadores, que atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos.

Os setores de investimentos considerados prioritários em 2021 foram aqueles relacionados a Infraestrutura, Logística e Transportes; Varejo e Consumo; Construção Civil; Finanças e Bens de Capital; Commodities (agrícolas, metálicas, petróleo e gás); Papel e celulose; Siderurgia. Independente do setor, empresas com grande potencial de geração de caixa e bom histórico de pagamento de dividendos são normalmente analisadas.

Para determinar a distribuição dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicações foi utilizado o Asset Liability Management – ALM, um modelo de gestão cujo objetivo é compatibilizar

aplicação dos recursos dos planos com a projeção de pagamento dos benefícios. A avaliação de qual metodologia aplicar teve como base a análise da capacidade do plano de Benefício Definido em gerar superavit e do plano de Contribuição Definida em apresentar rentabilidade adequada para o risco incorrido.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ responsável pela gestão dos investimentos é o Diretor de Investimentos, Advogado José João Reis. Profissional Certificado com ênfase em Administração e em Investimentos, com certificação outorgada pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS. Profissional habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Investimentos e AETQ.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Dentro da estrutura de gestão dos investimentos, é mantido um contrato para realização dos serviços de custódia com o Banco Bradesco S.A. e existem diferentes administradores e gestores nos vários segmentos de aplicação.

Para os 8 (oito) fundos de renda fixa e o fundo de renda variável, todos de gestão própria da Ceres. Além dos Fundos de Investimentos com gestão própria há 2 (dois) Fundos de Investimento em Ações, 18 (dezoito) Fundos de Investimento Estruturados e 4 (quatro) Fundos de Investimento Imobiliários, cuja gestão é terceirizada.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

Os segmentos de aplicação definidos para investimento em 2021 foram Renda Fixa, Renda Variável, Estruturados, Imobiliário e Operações com Participantes.

METAS E ÍNDICES

Na meta estimada de rentabilidade (INPC + taxa de juros) para 2021, foram consideradas as taxas de juros atuariais específicas para cada plano (Quadro 3) acrescida da variação anual medida pelo deflator INPC.

GESTÃO DOS RISCOS

Na Fundação Ceres existe uma estrutura de governança corporativa para assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja seguro, transparente, participativo e independente da decisão de um único gestor, com o máximo de representatividade em todas as instâncias, garantindo a participação de representantes de todos os planos administrados, de seus patrocinadores, participantes e assistidos.

As metodologias utilizadas têm como base teorias e modelos consolidados, observadas as peculiaridades da previdência complementar, em especial as regras que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº 4.661/2021 e a Resolução CGPC nº 13/2004.

As decisões relevantes e que causam impacto na gestão da entidade ou dos planos de benefícios são debatidas por órgãos colegiados, como o Grupo de Análise Preliminar de Investimentos e o Comitê de Investimentos, para depois serem discutidas e aprovadas pela Diretoria Executiva. Além disso, os Comitês Consultivos de Planos de todos os patrocinadores atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos dos planos de benefícios.

A Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos - Gecor é a unidade funcional na estrutura da Fundação Ceres responsável pelo planejamento e coordenação das atividades de controles internos e gestão de riscos. Visa garantir a proteção dos ativos dos planos, a promoção da eficiência operacional, a obtenção de informação precisa e confiável, a obediência e respeito às políticas da administração. São analisados sistematicamente os riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, sob os aspectos legal, operacional e sistêmico.

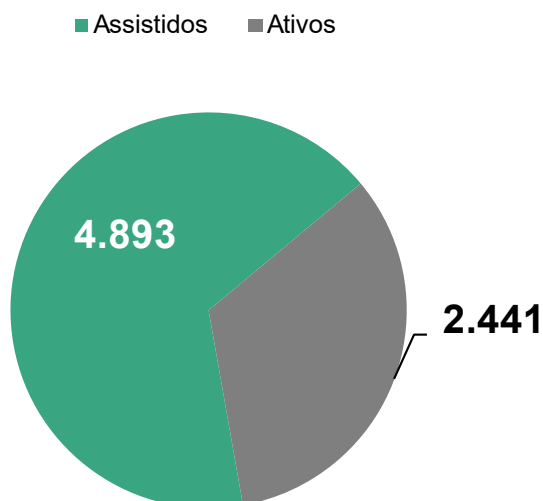
RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS

PLANO EMBRAPA BÁSICO

Número de participantes

O Plano Embrapa Básico, fechado para novas adesões, detinha, em 2021, um total de 7.334 associados, sendo 2.441 participantes (33,28%) e 4.893 aposentados e pensionistas (66,72%).

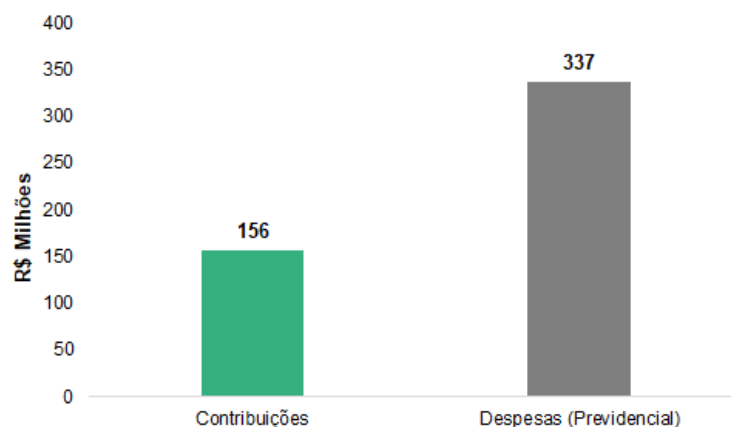
Gráfico 4: Quadro social do plano Embrapa Básico - 2021



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Os participantes, os assistidos e a patrocinadora, contribuíram com R\$ 156 milhões e foram pagos R\$ 337 milhões aos aposentados e pensionistas (Gráfico 5).

Gráfico 5: Contribuições e despesas previdenciárias do plano Embrapa Básico - 2021



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano Embrapa Básico cresceu 3,36%, passando de R\$ 5,38 bilhões, em 2020, para R\$ 5,56 bilhões, em 2021 (Quadro 4).

Em 2021, R\$ 5,47 bilhões (98,39% do ativo total), foram aplicados conforme Política de Investimentos, sendo R\$ 4,95 bilhões (89,08% do ativo total) em fundos de investimento gestão própria e terceirizada e R\$ 238,7 milhões (4,29% do ativo total) em títulos públicos na carteira própria de investimentos.

Quadro 4: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Embrapa Básico (2020/2021).

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
DISPONÍVEL	63	62	EXIGÍVEL OPERACIONAL	28.085	25.066
REALIZÁVEL	5.561.762	5.381.181	Gestão Previdencial	27.742	24.600
Gestão Previdencial	63.350	62.744	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	26.245	24.915	Investimentos	343	466
Investimentos	5.472.167	5.293.521	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	3.028	1.145
Títulos Públicos	238.790	0	Gestão Previdencial	1.453	870
Ações	0	0	Investimentos	1.575	276
Fundos de Investimentos	4.954.729	5.089.421	PATRIMÔNIO SOCIAL	5.530.712	5.355.031
Investimentos Imobiliários	222.268	153.121	Patrimônio de Cobertura do Plano	5.486.862	5.313.623
Empréstimos e Financiamentos I.	56.174	50.808	Provisões Matemáticas	5.327.031	4.910.513
Depósitos Judiciais / Recursais	201	167	Benefícios Concedidos	3.132.931	2.824.034
Outros Realizáveis	5	5	Benefícios a Conceder	2.381.126	2.297.432
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	187.026	210.953
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	159.831	403.110
			Resultados Realizados	159.831	403.110
			FUNDOS	43.850	41.408
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos	26.245	24.915
			Fundos dos Investimentos	17.605	16.493
TOTAL DO ATIVO	5.561.826	5.381.243	TOTAL DO PASSIVO	5.561.826	5.381.243

Os montantes investidos nos segmentos imobiliários e operações com participantes (empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos), representam uma parcela pequena do ativo total (5,01%).

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2021 foi de R\$ 3,1 bilhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 2,38 bilhões.

O resultado superavitário passou de R\$ 403 milhões para R\$ 159 milhões em 2021 em função do aumento das provisões matemáticas decorrente da redução da taxa de juros atuarial. Já os fundos administrativos somaram R\$ 26,2 milhões e os fundos de investimentos R\$ 17,6 milhões.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 3. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 416 milhões nos compromissos previdenciários, valor superior aos resultados dos investimentos de R\$ 362 milhões.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Embrapa Básico foi de 8,06% em 2021, tendo a meta atuarial (INPC + 5,44% a.a.) fechado em 16,15%. O Plano Embrapa Básico encerrou 2021 em equilíbrio financeiro e atuarial.

Quadro 5: Resultados do plano em 2021

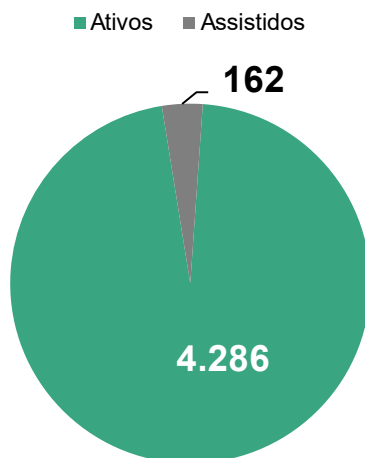
Resultado Contábil acumulado em 2020	403.109.973
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2021	-416.517.656
Resultado dos Investimentos em 2021	362.390.037
Contribuições Previdenciárias	155.778.674
Despesas Previdenciárias	-336.874.257
Contingências de Benefícios	-583.461
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-7.472.095
Resultado Contábil em 2021	159.831.215
Ajuste de Precificação	334.272.352
Resultado Técnico Ajustado em 2021	159.831.215

PLANO EMBRAPA FLEXCERES

Número de participantes

O Plano Embrapa-FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, contava com 4.448 associados em 2021, sendo 4.286 (96,36%) participantes e 162 (3,64%) assistidos - aposentados e pensionistas.

Gráfico 6: Quadro social do plano Embrapa-FlexCeres - 2021

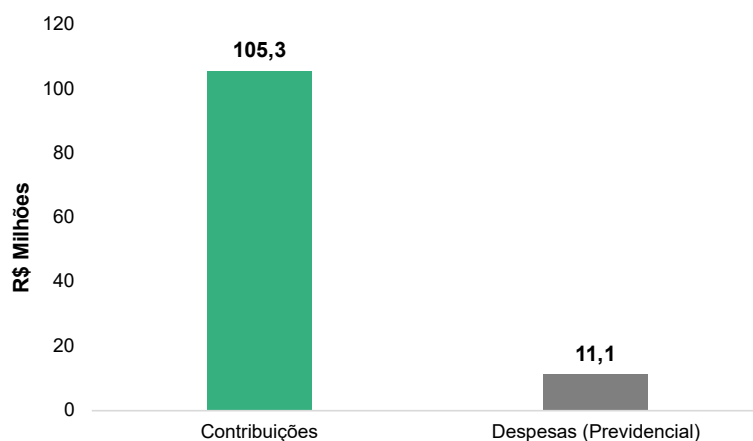


Contribuições e Despesas Previdenciárias

Os participantes, os assistidos e a patrocinadora, contribuíram com R\$ 105,3 milhões (Gráfico 8) para o plano.

Entre benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio doença, resgate de reserva de poupança e portabilidade foram pagos R\$ 11,1 milhões aos aposentados, pensionistas e participantes.

Gráfico 7: Contribuições e despesas previdenciárias - 2021



PLANO EMBRAPA FLEXCERES

Balanco Contábil do plano

O ativo do plano Embrapa-FlexCeres cresceu 4,04%, passando de R\$ 1,519 bilhão em 2020, para R\$ 1,581 bilhão em 2021 (Quadro 4). Do total de R\$ 1,564 bilhão (98,98% do ativo total) em 2021, R\$ 1,443 bilhão (91,31% do ativo total) foram investidos fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimentos Multimercado - FIM Planalto, Planalto Central e Eros) e um fundo de renda variável com gestão própria e terceirizada.

Quadro 6: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Embrapa FlexCeres (2020/2021).

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
DISPONÍVEL	105	47	EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.429	2.716
REALIZÁVEL	1.580.981	1.519.588	Gestão Previdencial	3.398	2.697
Gestão Previdencial	7.994	15.986	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	8.049	7.512	Investimentos	31	19
Investimentos	1.564.939	1.496.090	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	113.791	0	Gestão Previdencial	0	0
Créditos Privados e Depósitos	0	0	Gestão Administrativa	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	1.443.755	1.489.284	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.577.657	1.516.918
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.471.364	1.409.937
Empréstimos e Financiamentos I.	7.357	6.770	Provisões Matemáticas	1.471.364	1.409.937
Depósitos Judiciais / Recursais	36	36	Benefícios Concedidos	86.901	78.619
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	1.384.463	1.331.318
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	0	0
			Resultados Realizados	0	0
			Resultados a Realizar	0	0
			FUNDOS	106.293	106.981
			Fundos Previdenciais	96.208	97.443
			Fundos Administrativos	8.049	7.512
			Fundos dos Investimentos	2.037	2.027
TOTAL DO ATIVO	1.581.086	1.519.634	TOTAL DO PASSIVO	1.581.086	1.519.634

O montante investido no segmento de operações com participantes (empréstimos), representa uma parcela pequena (0,47%) do ativo total.

Do lado do passivo, observa-se que o total de benefícios concedidos em 2021 foi de R\$ 86,9 milhões e o montante de benefícios a conceder foi de R\$ 1,384 bilhão.

Os fundos previdências totalizaram R\$ 96 milhões, os fundos administrativos somaram R\$ 8 milhões e os fundos de investimentos R\$ 2 milhões no ano.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 7.

Observa-se que houve um crescimento de R\$ 61 milhões nos compromissos previdenciários, valor superior ao resultado de investimentos que foi de menos R\$ 29,6 milhões principalmente pela marcação a mercado dos títulos públicos.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Embrapa-FlexCeres no ano de 2021 foi de -0,94%, tendo o índice de referência (INPC + 4,31% a.a.) fechado em 14,91%.

Quadro 7: Resultados do plano em 2021

Resultado Contábil acumulado em 2020	0
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2021	-61.427.064
Resultado dos Investimentos em 2021	-29.650.301
Contribuições Previdenciárias	105.264.032
Despesas Previdenciárias	-11.062.844
Contingências de Benefícios	0
Constituição/Reversão de Fundos Previdenciais	1.235.047
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-4.358.870
Resultado Contábil em 2021	0
Ajuste de Precificação	13.888.747
Resultado Técnico Ajustado em 2021	0

O Plano Embrapa FlexCeres encerrou 2021 em equilíbrio financeiro e atuarial.

SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR EMBRAPA

O patrocinador Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária está em dia com suas obrigações contratuais e não possui dívida com relação a serviços passados. As contribuições de responsabilidade da patrocinadora e aquelas que a empresa desconta dos salários dos participantes para os planos de benefícios estão sendo recolhidas dentro dos prazos legais.

INVESTIMENTOS DOS PLANOS

Foi mantida uma estratégia prudente e conservadora em aplicações mais tradicionais, tendo em vista as necessidades atuariais de cada plano administrado.

Foi priorizada a alocação em Renda Fixa devido à expectativa de taxas de juros dos títulos e valores mobiliários acima da meta atuarial e do índice de referência dos planos. No segmento Renda Variável houve um aumento na exposição. No segmento de operações com participantes a concessão de empréstimos simples foi realizada de acordo com a demanda dos participantes e assistidos.

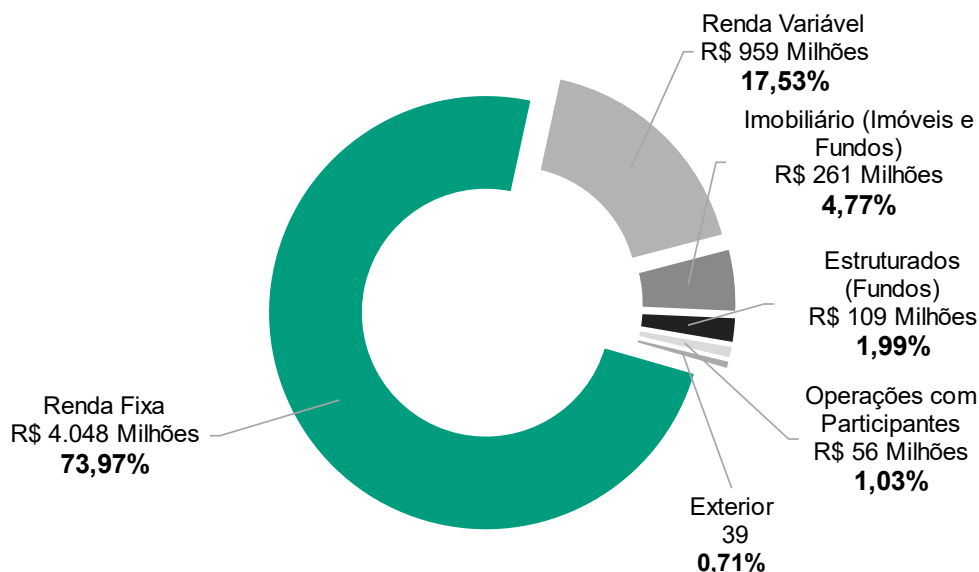
Com relação aos demais segmentos (imobiliário e estruturados) foram mantidas as aplicações.

ALOCÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

PLANO EMBRAPA BÁSICO

Os recursos garantidores do plano Embrapa Básico foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 73,97% do total dos investimentos, seguido das alocações em renda variável, com 17,53% do montante investido. No segmento imobiliário foram alocados 4,77% das aplicações, investimentos estruturados 1,99%, operações com participantes 1,03% e os investimentos no Exterior que representam 0,71% do total investido.

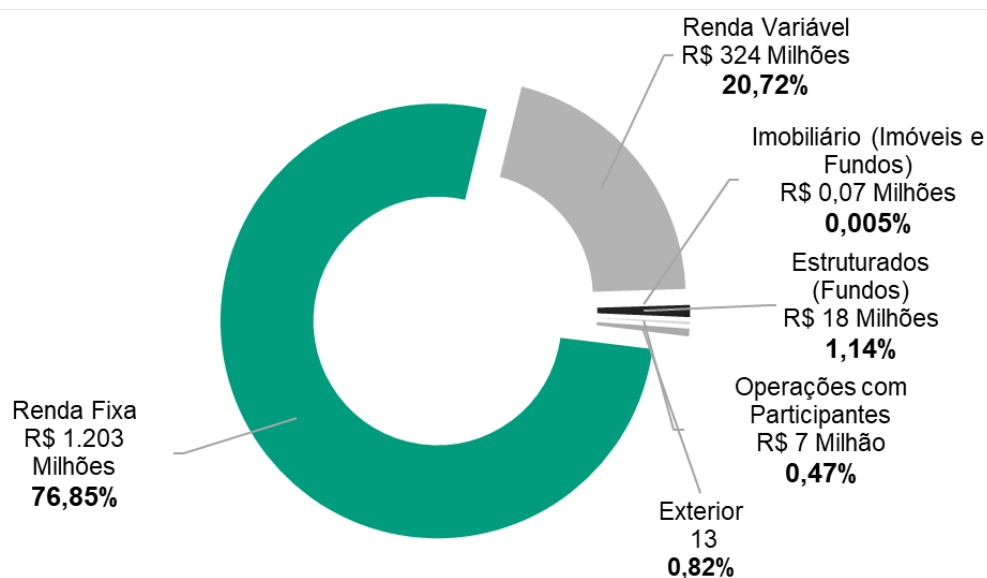
Gráfico 8: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Embrapa Básico



PLANO EMBRAPA FLEXCERES

Os recursos garantidores do plano Embrapa-FlexCeres foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 76,85% do total dos investimentos, seguido das alocações em renda variável, com 20,72% do montante investido. Em investimentos estruturados 1,14%, exterior 0,82%, operações com participantes 0,47% e o segmento imobiliário 0,005% do total investido (Gráfico 9).

Gráfico 9: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Embrapa-FlexCeres



RESULTADOS EM 2021

O comportamento dos indicadores econômicos no decorrer de 2021 foi caracterizado por um aumento da inflação, causada basicamente pela falta de oferta de matéria prima e dos produtos alimentícios que, como consequência, levaram ao aumento das taxas de juros adotada pelo Banco Central.

A taxa Selic encerrou 2021 em 9,25%, o IPCA foi de 10,06% e o INPC de 10,16%. O mercado acionário reagiu negativamente durante o ano, com o resultado negativo da Bolsa de Valores, medido pelo Índice Bovespa, que foi de 11,93%.

A seguir, estão apresentadas informações detalhadas por segmento de aplicação, como montantes alocados por tipo de ativo, entre outros.

RENTA FIXA

Do total investido em renda fixa no plano Embrapa Básico, que soma R\$ 4 bilhões, 89,98% estavam alocados em títulos públicos e 10,02% em títulos privados (Quadro 8).

No plano Embrapa FlexCeres, 83,19% estavam alocados em títulos públicos e 16,81% em títulos privados. Em 2021, o montante total investido nesse segmento foi de R\$ 1,2 bilhão em função da abertura da curva de juros. (Quadro 8).

Quadro 8: Composição dos ativos de renda fixa em 2021 (R\$).

Investimentos/Ativos	Embrapa Básico	% sobre o Total Geral	Embrapa FlexCeres	% sobre o Total Geral
NTN - B - Nota do Tesouro Nacional série B	3.098.441.498	76,42%	836.297.347	69,17%
NTN - C - Nota do Tesouro Nacional série C	288.469.059	7,12%	-	0,00%
LFT - Letra Financeira Tesouro	185.458.130	4,57%	146.112.745	12,08%
LTN - O - Letra do Tesouro Nacional Over	2.147.129	0,05%	907.426	0,08%
NTN - O - Nota do Tesouro Nacional Over	73.488.083	1,81%	22.535.731	1,86%
Total - Títulos Públicos	3.648.003.899	89,98%	1.005.853.248	83,19%
DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial	16.812.549	0,41%	12.039.598	1,00%
CCI - Cédula de Crédito Imobiliário	-	0,00%	-	0,00%
CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários	24.572.778	0,61%	2.594.330	0,21%
Debêntures	104.742.005	2,58%	53.773.453	4,45%
Letra Financeira	250.282.998	6,17%	110.781.731	9,16%
FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	9.950.175	0,25%	24.062.428	1,99%
Total - Títulos Privados e Fundos	406.360.505	10,02%	203.251.540	16,81%
Contas a Pagar/a Receber - (Fundos de Investimentos)	- 110.529	0,00%	- 19.224	0,00%
Total Geral - (Títulos Públicos e Privados)	4.054.253.875		1.209.085.564	

RENTA VARIÁVEL

Ao final de 2021, as aplicações dos planos patrocinados pela Embrapa totalizaram R\$ 1,3 bilhão, sendo R\$ 954 milhões relativos ao plano Básico e R\$ 324 milhões ao plano FlexCeres (Quadros 9).

Neste segmento, os investimentos são realizados por meio do Fundo de Investimento em Ações – FIA Agrociência, com gestão própria da Fundação Ceres e gestão terceirizada.

Em 2021, os recursos investidos pelos planos no segmento Renda Variável estavam assim distribuídos:

Quadro 9: Composição e valor dos ativos de renda variável (gestão própria) em R\$.

Ação/Papel	Embrapa Básico	% sobre o Total	Embrapa FlexCeres	% sobre o Total
FUNDO AGROCIÊNCIA	505.206.309	52,67%	135.240.735	41,71%
OCEANA SERRA DA CAPIVARA FIA	92.680.418	9,66%	39.168.847	12,08%
AGUAS EMENDADAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	87.336.297	9,10%	36.910.300	11,38%
BURITIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	69.055.054	7,20%	29.184.232	9,00%
TIJUCA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	58.124.647	6,06%	24.564.794	7,58%
CHAPADA DOS VEADEIROS FIA	55.068.809	5,74%	23.273.327	7,18%
IGUACU FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	51.556.490	5,37%	21.788.942	6,72%
SMAL11	40.199.067	4,19%	14.086.249	4,34%
Total	959.227.089	100,00%	324.217.426	100,00%

ESTRUTURADOS

Em 2021, os investimentos neste segmento totalizaram R\$ 121 milhões, sendo R\$ 121 milhões no plano Embrapa Básico e R\$ 35 milhões no plano Embrapa FlexCeres.

Os recursos estão alocados em até 11 (onze) fundos de investimentos, sendo 3 (cinco) Fundos de Investimentos Multimercados – FIM após o rebalanceamento da carteira, 8 (oito) Fundos de Investimentos em Participações - FIP e 1 (um) Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes – FMIEE. Esses fundos possuem gestão terceirizada e investem em diferentes setores da economia como agronegócio, tecnologia, alimentação, logística, entre outros.

Ao final de 2021, a carteira dos fundos investidos e os respectivos gestores eram os seguintes (Quadro 10):

Quadro 10: Composição, gestores e montante fundos terceirizados R\$.

Fundo	Gestor Externo	Embrapa Básico	% sobre o Total Geral	Embrapa FlexCeres	% sobre o Total Geral
FIM Ibiuna Hedge	Ibiuna Gestão	18.564.380	15,45%	5.676.997	19,55%
FIM Garde Dumas	Gard Asset	12.240.023	10,19%	3.743.005	12,89%
FIM Neo Mult Estratégia	Neo Gestão	20.344.712	16,94%	6.221.424	21,43%
Total - FIM (Fundo de Investimentos Multimercados)		51.149.115	42,58%	15.641.426	53,88%
FIP Nordeste II	Vinci Partners	- 157.301	-0,13%	-	0,00%
FIP Investidores Institucionais III	Angra Patners Ltda	1.702.527	1,42%	-	0,00%
FIP Inseed FIMA	Inseed Investimentos Ltda	5.880.151	4,89%	545.315	1,88%
FIP DGF FICPAC 2	DGF Gestão de Fundos Ltda	4.830.187	4,02%	526.225	1,81%
FIP Brasil Agronegócio	BRZ Investimentos Ltda	8.192.186	6,82%	-	0,00%
FIP Empreendedor Brasil	BRZ Investimentos	11.126.951	9,26%	-	0,00%
FIP Angra Infra	Angra Patners Ltda	13.431.746	11,18%	-	0,00%
FIP BTG Infraestrutura II FIC	BTG Pactual Gestora Rec. Ltda	12.845.215	10,69%	1.191.244	4,10%
Total - FIP (Fundos de Investimentos em Participações)		68.978.613	57,42%	13.389.736	46,12%
FMIEE Fipac Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda	-	0,00%	-	0,00%
Total - FMIEE (Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes)		0	0,00%	0	0,00%
Total Geral (FIM, FIP e FMIEE)		120.127.728		29.031.162	

IMOBILIÁRIO

Os ativos alocados nesse segmento têm o objetivo de gerar fluxo de caixa a partir da renda de aluguéis dos imóveis e dos recebíveis dos Fundos de Investimentos Imobiliários – FII

Do total investido, do plano Embrapa Básico, isto é, R\$ 254 milhões, 85% estavam alocados em imóveis, com R\$ 215 milhões (Quadro 11), cuja gestão é própria da Ceres e o restante, 15%, perfazendo R\$ 38,7 milhões, foram alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários (Quadro 12), da qual a gestão é terceirizada.

Os recursos investidos, neste segmento, relativos ao plano Embrapa FlexCeres, totalizaram R\$ 733 mil e estavam alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários (Quadro 12)

Quadro 11: Investimentos em Imóveis

Ativo/Local	Valor (R\$)	% sobre o Total
Shopping Center	160.146.656	74,23%
Shopping Conjunto Nacional - DF	89.493.105	41,48%
Shopping Center Recife - PE	70.653.551	32,75%
Prédios Comerciais	48.251.307	22,37%
Edifício José Guerra - SP	27.747.548	12,86%
Edifício Cenesp Bloco "C" - SP	11.634.524	5,39%
Edifício Cenesp Bloco "J" - SP	1.531.531	0,71%
Edifício Ceres - DF	7.337.704	3,40%
Salas Comerciais	7.337.156	3,40%
Edifício Corporate Sala 303 - DF	3.504.707	1,62%
Edifício Corporate Sala 304 - DF	3.832.449	1,78%
TOTAL	215.735.120	

Quadro 12: Investimento em Fundos Imobiliários – R\$.

Fundo	Gestor Externo	Embrapa Básico	% sobre o Total Geral	Embrapa FlexCeres	% sobre o Total Geral
FII RB Capital	RB Capital Investimentos Ltda	107.523	0,28%	4.314	5,88%
FII Claritas Logística	Claritas Adm. de Recursos	1.032.419	2,66%	69.007	94,12%
FII Hermes	Rio Bravo DTVM Ltda	13.196.098	34,04%	0	0,00%
FII Projeto Água Branca	Coinvalores CCVM Ltda	24.430.650	63,02%	0	0,00%
Total - FII (Fundo de Investimentos Imobiliários)		38.766.691	100,00%	73.321	100,00%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Essas operações de investimentos obedecem às modalidades e às regras de investimentos permitidas para as EFPCs e cumprem os limites de patrimônio, parâmetros de rentabilidade e controle de riscos, de acordo com a legislação vigente.

Esses investimentos são destinados aos participantes e assistidos e, ao final de 2021, o montante alocado nesse segmento era de R\$ 56 milhões no plano Embrapa Básico, correspondente a 1,03% do total de recursos do plano, e de R\$ 7 milhões no plano Embrapa FlexCeres, equivalente a 0,47% dos investimentos desse plano.

As quantidades e valores concedidos² da carteira de empréstimos nos últimos dois anos e os montantes da carteira de financiamento imobiliário estão apresentados nos Quadros 13 a 15.

Ressalta-se que o plano Embrapa FlexCeres não possui recursos aplicados em financiamento imobiliário.

Quadro 13: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Embrapa Básico).

Descrição	2020	2021	Variação (%)
Valor Total da Carteira	50.789.861	56.155.918	10,57%
Quantidade de Contratos no final do exercício	2.062	1.961	-4,90%
Concessões de Empréstimos no período - R\$	43.372.550	48.890.814	12,72%
Quantidade de Concessões no período	1.045	1.162	11,20%

Quadro 14: Montante e nº de contratos no segmento de financiamento imobiliário (Plano Embrapa Básico).

Descrição	2020	2021	Variação (%)
Valor Total da Carteira	17.983	17.983	0,00%
Quantidade de Contratos no final do exercício	1	1	0,00%

Quadro 15: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Embrapa FlexCeres)

Descrição	2020	2021	Variação (%)
Valor Total da Carteira	6.770.240	7.357.044	8,67%
Quantidade de Contratos no final do exercício	367	322	-12,26%
Concessões de Empréstimos no período - R\$	3.649.466	5.967.515	63,52%
Quantidade de Concessões no período	120	171	42,50%

² Os valores apresentados de “concessões de empréstimos no período” representam o total contratado pelo participante ou assistido, não representando necessariamente o montante de recursos liberado.

EXTERIOR

Observando a Política de Investimentos, em 2021, a Ceres iniciou as alocações de investimentos no Exterior, por meio de ETF (Exchange traded funds) que segue o S&P 500, principal índice acionário dos Estados Unidos.

Essa modalidade em expansão e com elevada liquidez, proporciona diversificação de riscos da carteira, além de aumentar a possibilidade de obter uma rentabilidade maior com uma carteira dolarizada.

Em 2021, essas aplicações tiveram rentabilidade acima da meta ou do índice de referência.

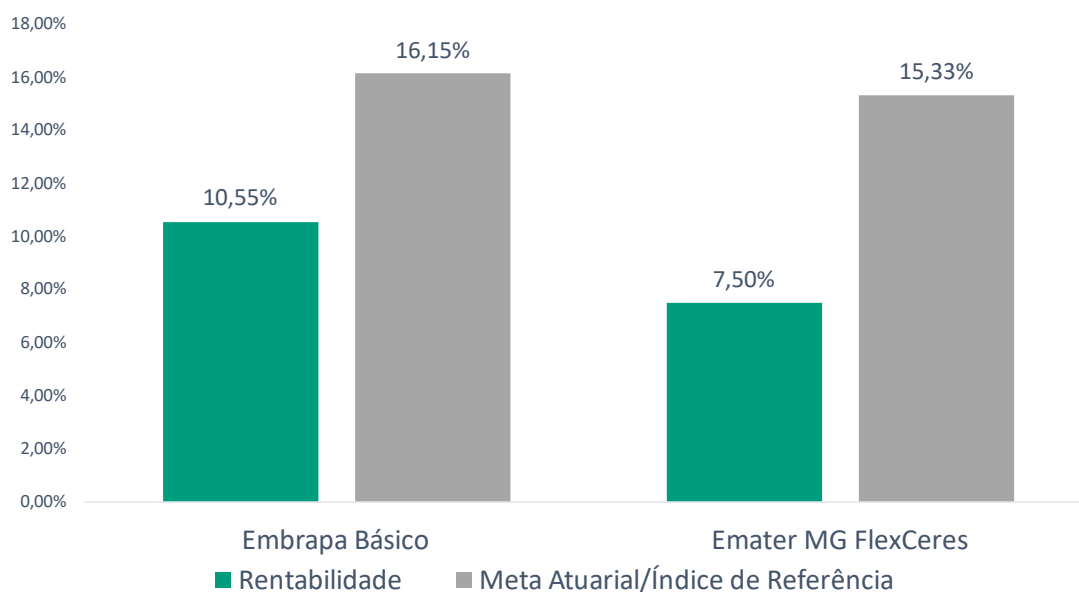
Investimento no Exterior	Embrapa Básico	% sobre o Total	Embrapa FlexCeres	% sobre o Total
IVVB11	39.007.666	100,00%	12.765.457	100,00%

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO

A política de investimentos é concebida considerando o passivo atuarial de cada plano de benefícios. Assim, a composição da carteira de investimentos e a rentabilidade não são iguais para todos os planos, pois cada um deles possui características específicas.

As rentabilidades dos planos patrocinados pela Embrapa estão demonstradas no gráfico, a seguir.

Gráfico 10: Rentabilidade dos investimentos dos planos.



No Anexo 1 “Demonstrativo de Investimentos”, estão apresentadas as composições das carteiras de investimentos de cada plano de benefícios.

O resumo da Política de Investimentos adotada para 2021, por plano de benefícios, pode ser verificado no Anexo 2.

COTA PATRIMONIAL DO PLANO EMBRAPA FLEXCERES

Nos planos de Contribuição Variável (CV) os valores líquidos das contribuições são utilizados para a aquisição de cotas patrimoniais dos planos.

A cota patrimonial (valor contábil) é uma fração do patrimônio do plano, atualizada pela variação mensal do valor do ativo patrimonial do plano e é utilizada para atualizar mensalmente o saldo de contas dos participantes dos planos FlexCeres.

Isso permite que seja apurado o valor da participação individual de cada participante no patrimônio total de cada plano de benefícios.

Nesta metodologia utiliza-se os rendimentos mensais dos investimentos, deduzindo os valores destinados à constituição dos fundos previdenciais, que servem para cobertura dos benefícios de risco, e do custeio administrativo. São utilizados os valores dos balancetes mensais dos registros contábeis.

A rentabilidade dos investimentos de cada plano administrado é apurada por meio do método da Taxa Interna de Retorno (TIR)³.

Ao longo de 2021, não houve aumento na cota patrimonial em função da conjuntura econômica que verificou queda na bolsa e aumento na taxa de juros. (Quadro 16).

Isso significa que a cota do plano Embrapa FlexCeres apresentou uma valorização real acima da inflação no período.

Quadro 16: Variação da cota patrimonial - Plano FlexCeres - 2021.

Plano	Valor da Cota R\$ Dezembro/2020	Valor da Cota R\$ Dezembro/2021	Variação da Cota Patrimonial
Embrapa FlexCeres	4,68089497	4,59352584	-1,87%

³ A Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa única equivalente que resume a rentabilidade de todos os valores que são investidos ou recebidos ao longo do tempo.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)

As despesas administrativas, necessárias para o funcionamento da Fundação Ceres na gestão dos planos de benefícios, estão divididas em despesas relativas à gestão previdencial e à gestão de investimentos.

Essas despesas são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Em 2021, as despesas administrativas totalizaram R\$ 35,4 milhões, representando uma variação de 10,12% em relação a 2020, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 17: Despesas administrativas consolidada – 2020/2021 – (R\$).

Rubricas	2021	2020	Variação %	Média Ponderada
Pessoal e Encargos	24.789.378	23.071.156	7,45%	5,34%
Treinamentos/Congressos e Seminários	312.532	214.139	45,95%	0,31%
Viagens e Estadias	16.300	53.006	-69,25%	-0,11%
Serviços de Terceiros	4.303.273	3.358.812	28,12%	2,93%
Auditoria Contábil	52.000	91.000	-42,86%	-0,12%
Consultoria de Investimentos	170.570	158.981	7,29%	0,04%
Consultoria Jurídica	214.560	138.260	55,19%	0,24%
Consultoria Gestão/Planejamento	871.966	688.312	26,68%	0,57%
Consultoria Recursos Humanos	6.651	8.568	-22,38%	-0,01%
Consultoria Informática	2.732.812	2.045.900	33,58%	2,13%
Consultoria Atuarial	240.713	227.381	5,86%	0,04%
Consultoria Contábil	14.000	-	-	-
Pessoa Física	-	410	-100,00%	0,00%
Despesas Gerais	2.736.629	2.816.831	-2,85%	-0,25%
Depreciações e Amortizações	420.813	260.536	61,52%	0,50%
Tributos	2.859.927	2.406.212	18,86%	1,41%
Total das Despesas Administrativas	35.438.852	32.180.693	10,12%	

A título de comparação, caso a gestão fosse feita por uma empresa privada ao custo de, no mínimo, o correspondente a 1,0% do valor total do patrimônio administrado, que em 2021 foi de R\$ 9,5 bilhões, essas despesas seriam da ordem de R\$ 95 milhões. Com a gestão própria, o valor real das despesas administrativas da Ceres ficou em 37% do que seria o custo máximo para fazer gestão dos planos de benefícios.

No quadro seguinte (Quadro 18), estão apresentadas as despesas administrativas correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 18: Despesas administrativas por plano – 2021 – (R\$).

Plano	Pessoal e Encargos	Treinamentos/ Congressos e Seminários	Viagens e Estadias	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais	Depreciações e Amortizações	Tributos	Total
Embrapa Básico	12.213.800	153.985	8.031	2.120.235	1.348.345	207.336	1.409.094	17.460.827
Embrapa FlexCeres	4.947.489	62.375	3.253	858.852	546.179	83.986	570.787	7.072.922

DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS

As despesas específicas de investimentos são destinadas ao custeio dos fundos de investimentos e são formadas pela taxa de administração, taxas de custódia e controladoria, entre outras.

Essas despesas são contabilizadas diretamente nos planos de benefícios e nos fundos de investimentos, não sendo relacionadas às despesas contabilizadas no PGA.

No Quadro 19, seguinte, estão apresentadas detalhadamente as despesas de investimentos de 2021.

Quadro 19: Despesas específicas de investimentos consolidada – (R\$).

Rubricas	2021	2020	Variação %
Custódia	837.577	665.273	25,90%
Controladoria	726.428	661.311	9,85%
Taxa Cetip/Selic	1.580.688	1.127.078	40,25%
Taxa Bovespa	42.658	15.834	169,41%
Honorários/ Consultorias de Investimentos	308.266	240.726	28,06%
Custas Judiciais - Investimentos	5.258	-	-
Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	598.497	465.791	28,49%
Taxa CVM	407.603	364.130	11,94%
Taxa Anbima	48.985	41.752	17,33%
Auditoria	359.187	49.351	627,82%
Corretagem	902.895	166.074	443,67%
Tarifas e Outros (Cartório e Emolumentos)	419	2.061	-79,66%
Total das Despesas	5.818.461	3.799.381	53,14%

No quadro a seguir, estão apresentadas as despesas de investimentos correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 20: Despesas específicas de investimentos por plano – 2021 – (R\$).

Plano	Custodia	Taxa de Controladoria	Taxa Cetip/Selic	Taxa Bovespa	Honorários/ Consultorias de Investimentos	Custas Judiciais - Investimentos	Taxa de Administração (Fundos Bradesco)	Taxa CVM	Taxa ANBIMA	Auditoria	Corretagem	Tarifas	TOTAL
Embrapa Básico	487.135	426.174	845.625	22.628	241.937	5.258	194.222	138.144	15.581	256.053	519.147	197	3.152.100
Embrapa FlexCeres	149.584	125.160	279.221	7.943	10.651	0	82.512	68.633	7.524	17.052	175.189	102	923.572

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Embrapa Básico

Item	2020		2021		Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	4.333.065.741	81,08%	4.047.516.710	73,97%	100,00%	100,00%
Renda Variável	563.684.251	10,55%	959.227.103	17,53%	70,00%	20,00%
Imobiliário (Imóveis e Fundos)	215.065.835	4,02%	261.034.954	4,77%	20,00%	10,00%
Estruturados (Fundos)	130.725.776	2,45%	109.000.776	1,99%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	50.807.843	0,95%	56.173.900	1,03%	15,00%	5,00%
Empréstimos	50.789.861	0,95%	56.155.918	1,03%		
Financiamentos Imobiliários	17.983	0,00%	17.983	0,00%		
Exterior	-	0,00%	39.007.666	0,71%	10,00%	10,00%
Total dos Recursos Investidos	5.344.157.289	100%	5.471.961.108	100%		
Disponível	62.140	0,001%	63.164	0,001%		
Outros Realizáveis	171.991	0,003%	206.083	0,004%		
Outras Exigibilidades	- 190.819	-0,004%	- 344.658	-0,01%		
Total dos Recursos Garantidores	5.344.200.601	100%	5.471.885.697	100%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Embrapa-FlexCeres

Item	2020		2021		Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	1.311.262.182	87,64%	1.202.585.404	76,85%	100,00%	100,00%
Renda Variável	150.904.841	10,09%	324.217.432	20,72%	70,00%	20,00%
Estruturados (Fundos)	26.405.093	1,76%	17.904.210	1,14%	20,00%	9,00%
Operações com Participantes	6.770.240	0,45%	7.357.044	0,47%	15,00%	5,00%
Imobiliário (Imóveis e Fundos)	712.030	0,05%	73.321	0,00%	20,00%	5,00%
Exterior	-	0,00%	12.765.457	0,82%	10,00%	10,00%
Total dos Recursos Investidos	1.496.054.386	100%	1.564.902.867	100%		
Disponível	46.554	0,003%	105.006	0,007%		
Outras Exigibilidades	- 19.168	-0,001%	- 31.109	-0,002%		
Total dos Recursos Garantidores	1.496.117.537	100%	1.565.012.529	100%		

ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

EMBRAPA BÁSICO

Segmento	Atual¹	Limites sobre RG²			
		Inferior	Objetivo	Superior	Legal³
Renda Fixa	74,68%	60,00%	73,90%	100,00%	100,00%
I. Títulos Públicos:	67,64%	60,00%	-	100,00%	100,00%
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	67,64%	0,00%	-	100,00%	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos	0,00%	0,00%	-	100,00%	-
II. Instituições Financeiras, Companhias de capital aberto e Securitizadoras:	6,81%	0,00%	-	80,00%	80,00%
Instituições Financeiras autorizadas pelo Bacen:	4,77%	0,00%	-	80,00%	-
CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs	4,47%	0,00%	-	80,00%	-
DPGEs	0,30%	0,00%	-	20,00%	-
Poupança	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Ativos financeiros de Sociedade por Ações de capital aberto e Securitizadoras:	2,04%	0,00%	-	80,00%	-
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Debêntures	2,04%	0,00%	-	80,00%	-
NCEs e CCEs	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Notas Promissórias	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
III. Outras classes de ativos de renda fixa:	0,20%	0,00%	-	20,00%	20,00%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Notas Promissórias	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Debêntures - Lei 12.431	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB	0,20%	0,00%	-	20,00%	-
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	0,20%	0,00%	-	20,00%	-
CCBs e CCCBs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
CPRs, CRAs, CDCAs e WAs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Demais ativos⁴	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
IV. Conjunto de ativos financeiros listados nos itens II e III:	7,01%	0,00%	-	80,00%	80,00%
V. Ativos transitórios RF	0,00%	0,00%	-	-	-
VI. Caixa e Disponível	0,25%	0,00%	-	-	-
VII. Provisões, despesas e passivos	-0,22%	0,00%	-	-	-
VIII. Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,00%	0,00%	-	-	-
Renda Variável	17,56%	0,00%	12,49%	25,00%	70,00%
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial	16,83%	0,00%	-	25,00%	70,00%
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial	0,72%	0,00%	-	25,00%	50,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível II e III	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%
Ouro físico	0,00%	0,00%	-	3,00%	3,00%
Opções	0,01%	0,00%	-	-	-
Estruturado	2,01%	0,00%	7,18%	12,00%	20,00%
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP	1,07%	0,00%	-	5,00%	15,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM	0,94%	0,00%	-	8,00%	15,00%
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso	0,00%	0,00%	-	10,00%	15,00%
Certificado de Operações Estruturadas - COE	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%
Imobiliário	4,08%	0,00%	3,80%	10,00%	20,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII	0,74%	0,00%	-	5,00%	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	0,49%	0,00%	-	5,00%	-
Células de crédito imobiliário - CCI	0,00%	0,00%	-	5,00%	-
Imóveis⁵	2,85%	0,00%	-	5,00%	-
Exterior	0,69%	0,00%	1,68%	10,00%	10,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos de índice do exterior	0,69%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (min. 67%)⁶	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível I	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Ativos transitórios Exterior	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Operações com Participantes	0,98%	0,00%	0,95%	5,00%	15,00%
Empréstimo Simples	0,98%	0,00%	-	5,00%	-
Financiamento⁷	0,00%	0,00%	-	-	-

¹ Posição: 30/09/2021

² RG: Recursos Garantidores do plano.

³ Limite regulamentar CMN n° 4.661, de 25 de maio de 2018.

⁴ Demais ativos: representa os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridos com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen, conforme previsto na CMN n° 4.661/2018.

⁵ A Fundação pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

⁶ Exposição de, no mínimo, 67% do seu PL em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

⁷ Carteira fechada para novas concessões.

EMBRAPA FLEX

Segmento	Atual¹	Limites sobre RG²			
		Inferior	Objetivo	Superior	Legal³
Renda Fixa	76,57%	60,00%	67,85%	100,00%	100,00%
I. Títulos Públicos:	62,66%	60,00%	-	100,00%	100,00%
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	62,66%	0,00%	-	100,00%	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos	0,00%	0,00%	-	100,00%	-
II. Instituições Financeiras, Companhias de capital aberto e Securitizadoras:	12,16%	0,00%	-	80,00%	80,00%
Instituições Financeiras autorizadas pelo Bacen:	7,83%	0,00%	-	80,00%	-
CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs	7,08%	0,00%	-	80,00%	-
DPGEs	0,76%	0,00%	-	20,00%	-
Poupança	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Ativos financeiros de Sociedade por Ações de capital aberto e Securitizadoras:	4,33%	0,00%	-	80,00%	-
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Debêntures	4,33%	0,00%	-	80,00%	-
NCEs e CCEs	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Notas Promissórias	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
III. Outras classes de ativos de renda fixa:	1,72%	0,00%	-	20,00%	20,00%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Notas Promissórias	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Debêntures - Lei 12.431	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB	1,72%	0,00%	-	20,00%	-
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	1,72%	0,00%	-	20,00%	-
CCBs e CCCBs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
CPRs, CRAs, CDCAs e WAs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Demais ativos⁴	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
IV. Conjunto de ativos financeiros listados nos itens II e III:	13,88%	0,00%	-	80,00%	80,00%
V. Ativos transitórios RF	0,00%	0,00%	-	-	-
VI. Caixa e Disponível	0,72%	0,00%	-	-	-
VII. Provisões, despesas e passivos	-0,68%	0,00%	-	-	-
VIII. Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,00%	0,00%	-	-	-
Renda Variável	20,89%	0,00%	12,90%	30,00%	70,00%
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial	19,81%	0,00%	-	30,00%	70,00%
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial	1,07%	0,00%	-	30,00%	50,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível II e III	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%
Ouro físico	0,00%	0,00%	-	3,00%	3,00%
Opções	0,01%	0,00%	-	-	-
Estruturado	1,16%	0,00%	7,72%	12,00%	20,00%
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP	0,15%	0,00%	-	5,00%	15,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM	1,01%	0,00%	-	8,00%	15,00%
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso	0,00%	0,00%	-	10,00%	15,00%
Certificado de Operações Estruturadas - COE	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%
Imobiliário	0,17%	0,00%	5,35%	10,00%	20,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII	0,00%	0,00%	-	5,00%	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	0,17%	0,00%	-	5,00%	-
Cêlulas de crédito imobiliário - CCI	0,00%	0,00%	-	5,00%	-
Imóveis⁵	0,00%	0,00%	-	5,00%	-
Exterior	0,80%	0,00%	5,77%	10,00%	10,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos de índice do exterior	0,80%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (mín. 67%)⁶	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível I	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Ativos transitórios Exterior	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Operações com Participantes	0,41%	0,00%	0,41%	5,00%	15,00%
Empréstimo Simples	0,41%	0,00%	-	5,00%	-
Financiamento⁷	0,00%	0,00%	-	-	-

¹ Posição: 30/09/2021

² RG: Recursos Garantidores do plano.

³ Limite regulamentar CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

⁴ Demais ativos: representa os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridos com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen, conforme previsto na CMN nº 4.661/2018.

⁵ A Fundação pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

⁶ Exposição de, no mínimo, 67% do seu PL em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

⁷ Carteira fechada para novas concessões.

ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Os modelos das Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem apresentados, consoante com o Anexo B, da Resolução CNPC nº 08 de 2011, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado);
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada (Consolidada);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios;
- Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios; e
- Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios.

Balço Patrimonial				
R\$ Mil				
ATIVO	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
DISPONÍVEL	1.134	841	0,01%	35%
REALIZÁVEL	9.475.611	9.097.387	99,98%	4%
GESTÃO PREVIDENCIAL	185.668	132.538	1,96%	40%
GESTÃO ADMINISTRATIVA	11.887	11.921	0,13%	0%
INVESTIMENTOS	9.278.056	8.952.928	97,89%	4%
TÍTULOS PÚBLICOS	792.932	-	8,37%	0%
ATIVO FIN. CRÉDITO PRIVADO	9.287	-	0,10%	0%
AÇÕES	-	-	0,00%	0%
FUNDOS DE INVESTIMENTO	8.100.211	8.672.608	85,46%	-7%
DERIVATIVOS	-	-	0,00%	0%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	286.293	196.923	3,02%	45%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	89.061	83.156	0,94%	7%
DEPOSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	267	235	0,00%	14%
OUTROS REALIZÁVEIS	5	6	0,00%	-17%
PERMANENTE	1.110	1.413	0,01%	-21%
IMOBILIZADO	764	867	0,01%	-12%
INTANGÍVEL	346	546	0,00%	-37%
PASSIVO	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	161.143	145.734	1,70%	11%
GESTÃO PREVIDENCIAL	156.960	142.016	1,66%	11%
GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.706	3.045	0,04%	22%
INVESTIMENTOS	477	673	0,01%	-29%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	14.147	11.122	0,15%	27%
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.493	870	0,02%	72%
GESTÃO ADMINISTRATIVA	9.722	9.722	0,10%	0%
INVESTIMENTOS	2.932	530	0,03%	453%
PATRIMÔNIO SOCIAL	9.302.565	8.942.785	98,15%	4%
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	9.093.475	8.725.928	95,94%	4%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	9.148.694	8.403.711	96,53%	9%
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	4.704.934	4.187.815	49,64%	12%
BENEFÍCIOS A CONCEDER	4.630.882	4.516.433	48,86%	3%
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CON	187.122	300.537	1,97%	-38%
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(55.219)	322.217	-0,58%	-117%
RESULTADOS REALIZADOS	(55.219)	322.217	-0,58%	-117%
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	177.825	322.217	1,88%	-45%
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	233.044	471.460	2,46%	-51%
FUNDOS	209.090	216.857	2,21%	-4%
FUNDOS PREVIDENCIAIS	131.114	143.449	1,38%	-9%
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	48.782	46.114	0,51%	6%
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	29.194	27.294	0,31%	7%
TOTAL DO PASSIVO	9.477.855	9.099.641	100%	

Demonstrações Contábeis – Plano Embrapa Básico

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Embrapa Básico			
R\$ Mil			
Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
1. Ativos	5.561.826	5.381.243	3,36%
Disponível	63	62	1,65%
Recebível	89.595	87.659	2,21%
Investimentos	5.472.167	5.293.521	3,37%
Títulos Públicos	238.790	0	0,00%
Fundos de Investimentos	4.954.729	5.089.421	-2,65%
Investimentos Imobiliários	222.268	153.121	45,16%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	56.174	50.808	10,56%
Depósitos Judiciais / Recursais	201	167	20,47%
2. Obrigações	31.113	26.211	18,70%
Operacional	28.085	25.066	12,04%
Contingencial	3.028	1.145	164,43%
3. Fundos Não Previdenciais	43.850	41.408	5,90%
Fundos Administrativos	26.245	24.915	5,34%
Fundos dos Investimentos	17.605	16.493	6,74%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	5.486.862	5.313.623	3,26%
Provisões Matemáticas	5.327.031	4.910.513	8,48%
Superávit/Déficit Técnico	159.831	403.110	-60,35%
Fundos Previdenciais	0	0	0,00%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	159.831	403.110	-60,35%
a) Equilíbrio Técnico	159.831	403.110	-60,35%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	334.272	225.801	48,04%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	159.831	403.110	-60,35%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Embrapa Básico			
R\$ Mil			
Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	5.313.623	4.999.458	6,28%
1. Adições	518.169	632.371	-18,06%
(+) Contribuições Previdenciais	154.271	153.185	0,71%
(+) Indenização de Riscos Terceirizados	1.156		
(+) Resultado dos Investimentos - Gestão Previdencial	362.390	479.187	-24,37%
(+) Depósitos Judiciais	1		
(+) Outras Adições	351		
2. Destinações	344.930	318.206	8,40%
(-) Benefícios	328.100	311.054	5,48%
(-) Resgate	266		
(-) Repasse de Riscos Terceirizados	2.165		
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	583	85	100,00%
(-) Custeio Administrativo	7.472	7.067	5,73%
(-) Outras Destinações	6.343		
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	173.239	314.165	-44,86%
(+/-) Provisões Matemáticas	416.518	303.553	37,21%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-243.279	10.612	-2392,43%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	5.486.862	5.313.623	3,26%
C) Fundos Não Previdenciais	27.357	41.408	-33,93%
(+/-) Fundos Administrativos	26.245	24.915	5,34%
(+/-) Fundos Investimentos	1.112	16.493	-93,26%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Embrapa Básico			
R\$ Mil			
Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	5.535.581	5.356.328	3,35%
1. Provisões Matemáticas	5.327.031	4.910.513	8,48%
1.1. Benefícios concedidos	3.132.931	2.824.034	10,94%
Benefício definido	3.132.931	2.824.034	10,94%
1.2. Benefício a conceder	2.381.126	2.297.432	3,64%
Benefício definido	2.350.160	2.264.007	3,81%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	187.026	210.953	-11,34%
(-) Serviço passado	11.311	11.959	-5,42%
(-) Participantes	11.311	11.959	-5,42%
(-) Déficit equacionado	175.715	198.995	-11,70%
(-) Patrocinador(es)	129.809	143.569	-9,58%
(-) Participantes	36.371	46.831	-22,34%
(-) Assistidos	9.535	8.595	10,94%
2. Equilíbrio Técnico	159.831	403.110	-60,35%
2.1. Resultados realizados	159.831	403.110	-60,35%
(-) Déficit técnico acumulado	0	0	0,00%
3. Fundos	17.605	16.493	6,74%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	17.605	16.493	6,74%
4. Exigível Operacional	28.085	25.066	12,04%
4.1. Gestão previdencial	27.742	24.600	12,77%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	343	466	-26,43%
5. Exigível Contingencial	3.028	1.145	164,43%
5.1 Gestão previdencial	1.453	870	67,08%
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	1.575	276	471,73%

Demonstrações Contábeis – Plano Embrapa FlexCeres

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Embrapa FlexCeres			
R\$ Mil			
Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
1. Ativos	1.581.086	1.519.634	4,04%
Disponível	105	47	125,56%
Recebível	16.042	15.986	0,35%
Investimentos	1.564.939	1.496.090	4,60%
Títulos Públicos	113.791	0	0,00%
Fundos de Investimentos	1.443.755	1.489.284	-3,06%
Investimentos Imobiliários	0	0	0,00%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	7.357	6.770	8,67%
Depósitos Judiciais / Recursais	36	36	0,00%
2. Obrigações	3.429	2.716	26,23%
Operacional	3.429	2.716	26,23%
Contingencial	0	0	0,00%
3. Fundos Não Previdenciais	10.086	9.539	5,73%
Fundos Administrativos	8.049	7.512	7,15%
Fundos dos Investimentos	2.037	2.027	0,49%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.567.572	1.507.380	3,99%
Provisões Matemáticas	1.471.364	1.409.937	4,36%
Superávit/Déficit Técnico	0	0	0,00%
Fundos Previdenciais	96.208	97.443	0,00%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	0	0	0,00%
a) Equilíbrio Técnico	0	0	0,00%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	13.889	13.889	0,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	0	0	0,00%

Demonstração da Muta     do Ativo L  quido - DMAL - Plano Embrapa FlexCeres

R\$ Mil

Descri����	Exercício 2021	Exercício 2020	Variac���� (%)
A) Ativo Líquido - In��cio do Exercício	1.507.380	1.314.856	14,64%
1. Adic����es	105.264	208.654	-49,55%
(+) Contribuições Previdenciais	105.176	102.587	2,52%
(+) Resultado dos Investimentos - Gest���� Previdencial	0	106.067	-100,00%
(+) Outras Adic����es	88		
2. Destinações	45.072	16.131	179,41%
(-) Benefícios	7.558	12.077	-37,42%
(-) Resgate	763		
(-) Portabilidade	1.667		
(-) Resultado dos Investimentos - Gest���� Previdencial	29.650		
(-) Custeio Administrativo	4.359	4.054	7,53%
(-) Outras Destinações	1.075		
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	60.192	192.523	-68,74%
(+/-) Provis����es Matemáticas	61.427	165.255	-62,83%
(+/-) Fundos Previdenciais	-1.235	27.268	-104,53%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	1.567.572	1.507.380	3,99%
C) Fundos Não Previdenciais	8.059	9.539	-15,52%
(+/-) Fundos Administrativos	8.049	7.512	7,15%
(+/-) Fundos Investimentos	10	2.027	-99,51%

Demonstrac     das Provis    es T  cnicas - DPT - Plano Embrapa FlexCeres

R\$ Mil

Descri����	Exercício 2021	Exercício 2020	Variac���� (%)
Provis����es Técnicas (1+2+3+4+5)	1.573.037	1.318.832	19,28%
1. Provis����es Matemáticas	1.471.364	1.244.681	18,21%
1.1. Benefícios concedidos	86.901	52.258	66,29%
Benefício definido	86.901	52.258	66,29%
1.2. Benefício a conceder	1.384.463	1.192.424	16,10%
Contribui������ definida	1.384.463	1.170.881	18,24%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	615.567	514.644	19,61%
Saldo de contas - parcela participantes	760.054	656.237	15,82%
2. Equilíbrio Técnico	0	0	0,00%
2.1. Resultados realizados	0	0	0,00%
(-) Déficit técnico acumulado	0	0	0,00%
3. Fundos	98.245	71.972	36,50%
3.1. Fundos previdenciais	96.208	70.175	37,10%
3.2. Fundos dos investimentos - Gest���� previdencial	2.037	1.797	13,34%
4. Exigível Operacional	3.429	2.179	57,38%
4.1. Gest���� previdencial	3.398	2.159	57,40%
4.2. Investimentos - Gest���� previdencial	31	20	55,18%

ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**MOORE**

Moore VR Auditores e Consultores S/S
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretoria Executiva, Patrocinadores, Participantes e Assistidos da
CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
Brasília – DF

Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis **CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL ("CERES")**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos administrados pela **CERES**) em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CERES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Equilíbrio econômico e financeiro do Plano Embrater BD

Conforme mencionado na nota explicativas nº 21, o plano de benefícios Embrater BD encontra-se desequilibrado atuarialmente em função da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). A administração da CERES está adotando medidas na tentativa de reequilibrar o referido plano por meio do recebimento da dívida junto à União Federal. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.



Moore VR Auditores e Consultores S/S
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Diretoria Executiva da CERES é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria Executiva é a responsável pela avaliação da capacidade de a CERES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CERES ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CERES são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CERES.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



MOORE

Moore VR Auditores e Consultores S/S
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da CERES, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CERES. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CERES a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 17 de março de 2022.

MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC DF 002962/F
CVM 12807

Digitally signed by RICARDO DE ALBUQUERQUE
CAVALCANTI:90785444149
DN: c=BR, ou=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=EM BRANCO,
ou=24732124000120, ou=PRESENCIAL, cn=RICARDO DE
ALBUQUERQUE CAVALCANTI:90785444149

Ricardo de Albuquerque Cavalcanti
Contador CRC DF 018838/O-0
CNAI 2563

ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

V - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento ao artigo 65 do estatuto da Ceres e à letra "j" do item 17, às Normas Gerais, a Resolução MPS/CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021, e a Instrução Normativa SPC nº 31 de 20 de agosto de 2020 e alterações, com base nas informações recebidas da Administração da Ceres, nas Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, nos Pareceres Atuariais e do Parecer dos Auditores Independentes, conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TA nº 700 – "Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis", que encaminhará Parecer definitivo após aprovação do Conselho Deliberativo; bem como nas análises efetuadas pelos Conselheiros nas reuniões mensais do Conselho Fiscal; este Conselho apresenta a seguir o seu Parecer, incluindo fatos relevantes que ensejam a conclusão final sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2021.

Ante o exposto no presente Relatório, chegamos às seguintes conclusões:

- a) Os Demonstrativos Contábeis compreendidos por Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Mutação do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT), derivada dos resultados patrimoniais e econômicos dos planos de benefícios, estão de acordo com o exigido pela legislação;
- b) As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2021, atendem às regras e procedimentos contábeis, conforme definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, estando, portanto, alinhadas ao disposto na Instrução Normativa PREVIC Nº 31/2020, conforme evidenciado no Parecer de Auditoria Independente MOORE VR Auditores e Consultores S/S de 11 de março de 2021;
- c) Em relação ao Parecer dos Auditores Independentes, temos que o documento não apresentou ressalva, conforme segue:
 - i. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CERES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Outros assuntos: Equilíbrio econômico e financeiro do Plano Embrater BD

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, o plano de benefícios Embrater BD encontra-se desequilibrado atuarialmente em função da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). A administração da CERES está adotando medidas na tentativa de reequilibrar o referido plano por meio do recebimento da dívida junto à União Federal. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

- d) Quanto aos Pareceres Atuariais, emitidos pela Assessoria Atuarial Vesting, assinados pelo responsável Técnico pelos planos, o Atuário Antônio Mário Rattes de Oliveira, MIBA 1.162, entendemos que estes estão em conformidade com o que estabelecem a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 20 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 16 de dezembro de 2019, e suas alterações, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Com base nas Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Pareceres Atuariais e Parecer dos Auditores Independentes, bem como, as análises feitas nas reuniões durante o exercício correspondente e devidamente registradas em Atas, este Conselho Fiscal **RESOLVE** indicar pela aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2021 pelo Conselho Deliberativo.

Este é o nosso Parecer.

Brasília/DF, 18 de março de 2022.

EMÍDIO
CASAGRANDE:23547
308968

Assinado digitalmente por EMÍDIO CASAGRANDE:23547308968
Dados: 2022.03.21 08:42:50 -03'00'

Emídio Casagrande
Presidente do Conselho Fiscal
Representante dos Participantes e Assistidos da
EMBRAPA

JOSE EDEN DE
MEDEIROS:
12994693453

Assinado digitalmente por JOSE EDEN DE MEDEIROS:
12994693453
Dados: 2022.03.21 11:24:39 -03'00'

José Eden de Medeiros
Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante da Patrocinadora
EMBRAPA

CLAUDIO
AUGUSTO
BORTOLINI:
73123161900

Assinado digitalmente por CLAUDIO AUGUSTO BORTOLINI:73123161900
Dados: 2022.03.21 09:09:53 -03'00'

Cláudio Augusto Bortolini
Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante da Patrocinadora
EMATERR MG

JONAS PEREIRA
DO ESPIRITO
SANTO:
00599446927

Assinado digitalmente por JONAS PEREIRA DO ESPIRITO SANTO:00599446927
Dados: 2022.03.21 11:24:39 -03'00'

Jonas Pereira do Espírito Santo
Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante dos Participantes e Assistidos da
EPAGRI

ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



TERMO DE APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da CERES - Fundação de Seguridade Social, reunido em sua 253ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de março de 2022, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Contábeis da Fundação, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, a Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por plano de benefícios e a Demonstração das Provisões Técnicas do plano de benefícios, complementadas pelas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e com base, ainda, no Relatório da Auditoria Independente – Moore VR Auditores e Consultores S/S, nos Pareceres do Atuário – Atuarial Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda - Vesting, relativos a cada Plano de Benefícios e do Conselho Fiscal, aprovou, por unanimidade, as referidas demonstrações contábeis, nos termos constantes dos referidos pareceres.

Brasília, 30 de março de 2022.

BRUNO DOS SANTOS ALVES FIGUEIREDO
Assinado de forma digital por
BRUNO DOS SANTOS ALVES
FIGUEIREDO BRASIL:05955248692
Dados: 2022.03.30 15:29:46
-03'00'

Bruno dos Santos Alves Figueiredo Brasil

URSULA MARIA LUDWIG MORAES:52601684968
Assinado de forma digital por
URSULA MARIA LUDWIG
MORAES:52601684968
Dados: 2022.03.30 15:57:28 -03'00'

Úrsula Maria Ludwig Moraes

RAIMUNDO ALVES DE ARAUJO:02328780130
Assinado de forma digital por
RAIMUNDO ALVES DE ARAUJO
Dados: 2022.03.30 16:00:36 -03'00'

Raimundo Alves de Araújo

RAIMUNDO BRAGA SOBRINHO:07143834300
Assinado de forma digital por
RAIMUNDO BRAGA SOBRINHO
Dados: 2022.03.30 16:00:36 -03'00'

Raimundo Braga Sobrinho

WALTER DINIZ GUSMAO MACHADO:03244392610
Assinado de forma digital por
WALTER DINIZ GUSMAO
MACHADO:03244392610
Dados: 2022.03.30 15:48:52 -03'00'

Walter Diniz Gusmão Machado

MARIA DO SOCORRO BARBOSA GUEDES:21035229315
Assinado de forma digital por
MARIA DO SOCORRO BARBOSA
GUEDES:21035229315
Dados: 2022.03.30 16:00:36 -03'00'

Maria do Socorro Barbosa Guedes

Ceres - Fundação de Seguridade Social
SHCN-CL 202 BLOCO Brasília/DF CEP 70832-535 CNPJ: 00.532.804/0001-31
Fone: (61) 2106 0200 Fax: (61) 2106 0267 E-mail: atende@ceres.org.br
Atendimento ao Participante: 0800 979 2005 Site: www.ceres.org.br

ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS

O Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

Esse documento é elaborado pelo Atuário Responsável pelos planos de benefícios.

Os Pareceres de cada plano estão disponíveis a seguir.

**PARECER SOBRE A
AVALIAÇÃO ATUARIAL DO
PLANO DE BENEFÍCIOS DA
FUNDAÇÃO CERES**

EMBRAPA

PLANO EMBRAPA BÁSICO

POSIÇÃO EM 31/12/2021

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do plano de benefícios denominado plano Embrapa Básico, mantido pela Embrapa e administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2021.

Nossa avaliação tomou por base as normas regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a Resolução CPNC nº 30/2018, que trata, dentre outros, da apuração de resultados atuariais, e a Instrução PREVIC nº 33/2020, que normatiza a referida resolução.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na última avaliação de 31/12/2020, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2021, foram definidas com base no estudo de adequação, concluindo-se pela manutenção da maioria das hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, com exceção do fator de capacidade que passou de 0,98548973 para a 0,97866021, da taxa anual de juros que passou de 5,44% para 4,97%, da alteração da família média de pensão referente aos beneficiários dos participantes e da adoção parcial do cadastro real dos beneficiários dos aposentados para o cálculo da reversão em pensão.

O impacto atuarial decorrente da alteração acima está apresentado na seção Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2021 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião é que o cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial está apto a ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise é estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento. Desde a implantação do Plano Embrapa-FlexCeres, em maio de 2007, o plano Embrapa Básico se encontra em extinção, estando fechado a novas inscrições.

O plano de benefícios apresenta apenas um grupo de custeio.

O custo total do plano em 2021, composto pelo custo normal e extraordinário, situou-se em 35,434% sobre o total dos salários-de-participação dos seus participantes, tendo apresentado pequena variação

em relação ao custo registrado na avaliação de 2020, cujo percentual foi de 35,866%, fruto de modificações na taxa média de contribuição e no custo normal do plano. Contribuíram, ainda, como causa de variação do custo as mudanças cadastrais ocorridas no período.

TABELA Nº 01 – CUSTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS –PLANO EMBRAPA BÁSICO

Tipo de Custo	Total
Normal	20,571%
Dotação Inicial	2,320%
Extraordinário ¹	12,543%
Total	35,434%

(1) Neste custo está incluída a taxa de contribuição extraordinária dos assistidos de 0,280% sobre o valor do benefício, correspondente a 0,806% sobre a folha de salário-de-participação. O montante dessa contribuição extraordinária paga pelos assistidos atuais e futuros é de R\$ 17.177.887, sendo R\$ 9.535.008 referente aos atuais assistidos e R\$ 7.642.879 relativos aos futuros assistidos.

Plano de custeio para 2022

O plano de custeio para 2022 será mantido nos percentuais praticados no exercício de 2021, uma vez que as alíquotas de contribuição da patrocinadora e dos participantes e assistidos produzem um custeio na dimensão do custo total do plano.

Vale ressaltar que o prazo de financiamento da contribuição extraordinária necessário para integralizar a reserva a amortizar corresponde a uma média de 6,89 anos. Esse prazo é a média do tempo remanescente da elegibilidade à aposentadoria dos participantes não iminentes.

A contribuição total, prevista para a patrocinadora, será de 21,266% do total dos salários-de-participação, enquanto para os participantes ativos se estima uma contribuição média de 13,362% e para os participantes assistidos de 0,806%, conforme apresentado na tabela nº 02. Os assistidos com data de início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria, pagam contribuição de 8,28% sobre os benefícios, os demais assistidos pagam 0,28% sobre os benefícios.

TABELA Nº 02 – CUSTEIO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PARA 2022 – PLANO EMBRAPA BÁSICO

Patrocinadora	Participante		Total
	Ativo	Assistido	
21,266%	13,362%	0,806%	35,434%

Notas: (1) Contribuição extraordinária dos assistidos de 0,280% sobre o valor do benefício, correspondente a 0,806% sobre a folha de salário-de-participação. Além dessa contribuição, os assistidos pagam 8% incidentes sobre os benefícios.

TABELA Nº 03 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2022 –CONTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL DOS PARTICIPANTES ATIVOS – PLANO EMBRAPA BÁSICO

% Sobre o Salário de Participação ¹	Sobre o excedente do SP em relação		Contribuição Média
	À metade do Valor de Referência	Ao Valor de Referência	
2,180% a 4,378%	2,906%	15,816%	13,362%

NOTAS: (1) Calculada em função da idade do participante na data da inscrição.

(2) Em % dos salários de participação na data desta avaliação.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2022, tendo como base a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019, que estabelece em seu art. 6º, § 2º, que o plano de custeio da avaliação atuarial de encerramento de exercício deve entrar em vigor até o dia 1º abril do exercício seguinte ao de referência da respectiva avaliação atuarial.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Embrapa Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados aos fatores biométricos e ao risco de mercado, principalmente ao que se refere à longevidade e à taxa de juros. Estes riscos podem surgir pela inadequação das hipóteses atuariais trazendo volatilidade ao plano de benefícios. O monitoramento sistemático desses riscos é realizado através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e premissas atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Instrução PREVIC nº 33/2020, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2021, um superávit atuarial de R\$ 159.831.215, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.

Art. 15 O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à “*média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios*”. O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2021 encontrou-se uma duração igual a 10,06 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 15, acima comentado, resulta em um Limite da Reserva de Contingência de R\$ 1.068.602.424.

Portanto, o superávit registrado nesta reavaliação atuarial será destinado integralmente à constituição de Reserva de Contingência.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Quanto à situação atuarial, calculou-se uma provisão matemática total de R\$ 5.327.031.027, composta por R\$ 3.132.931.203 relativos aos benefícios concedidos, de R\$ 2.381.125.669, referente aos benefícios a conceder, e de provisões matemáticas a constituir de R\$ 187.025.845, as quais possuem um efeito redutor no cálculo das provisões matemáticas totais.

Conforme se observa na tabela nº 04, apresentada a seguir, o plano registrou um superávit atuarial em 31/12/2021 de R\$ 159.831.215, o qual mostrou redução em relação a 31/12/2020, cuja situação refletia um superávit atuarial de R\$ 403.109.973, sendo a variação ocasionada, principalmente, pela rentabilidade patrimonial aquém do esperado e da redução da taxa de juros. As variações no resultado do plano, decorrentes de indicadores atuariais estão apresentadas adiante, na tabela que retrata as perdas e ganhos atuariais.

TABELA Nº 04 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EMBRAPA BÁSICO – VALOR EM R\$

Rubrica	31/12/2020	31/12/2021	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	5.313.623.345	5.486.862.242	3,26%
Provisões Matemáticas	4.910.513.371	5.327.031.027	8,48%
Benefícios Concedidos	2.824.034.403	3.132.931.203	
Benefícios a Conceder	2.297.432.337	2.381.125.669	
Provisão Matemática a Constituir	-210.953.368	-187.025.845	
Resultados Realizados	403.109.973	159.831.215	-60,35%
Ajuste de Precificação	225.800.618	334.272.352	48,04%
Resultado Ajustado ⁽¹⁾	628.910.591	494.103.567	-21,44%

- Conforme estabelece a legislação em vigor, o resultado ajustado não pode ser utilizado para fins de utilização de superávit.

A rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2021 foi de 8,06% em termos nominais. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial de 16,15%, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -6,97% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2021, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alteração na premissa atuarial e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. A principal causa da perda atuarial identificada no ano foi o desempenho aquém do esperado da rentabilidade patrimonial, seguida da redução da taxa de juros. Em compensação, ocorreram alguns ganhos, como a não previsão de reajuste salarial, a adoção parcial do cadastro real dos beneficiários dos aposentados no cálculo da reversão em pensão, dentre outros, que reduziram o impacto das perdas atuariais. Todavia, essa breve análise não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais podem contribuir para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, dentre outras.

A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2021, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 05 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2021 – VALORES EM R\$ MILHÕES

Item	Efeitos das mudanças nas hipóteses atuariais					Diferença positiva ou negativa entre as hipóteses e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de Juros	Tábuas Biométricas	Fator de Capacidade	Crescimento Salarial	Família Média e Real	Rentabilidade	Biométricos e Financeiros	
Ganho	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37,17	R\$ 0,00	R\$ 42,83	R\$ 0,00	R\$ 238,58	R\$ 318,59
Perda	-R\$ 163,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 451,04	R\$ 0,00	-R\$ 614,75
Total	-R\$ 163,71	R\$ 0,00	R\$ 37,17	R\$ 0,00	R\$ 42,83	-R\$ 451,04	R\$ 238,58	-R\$ 296,17

Resultado atuarial de 31/12/2021 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um superávit acumulado, em 31/12/2021, registrando-se uma redução no referido exercício, sendo, em nossa opinião, de natureza conjuntural. A redução do superávit em 2021 originou-se, principalmente, do desempenho da rentabilidade patrimonial aquém do esperado e da redução da taxa de juros.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros e superávit técnico.

TABELA Nº 06– BALANÇO ATUARIAL – 31/12/2021

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	5.486.862.242	Benefícios Futuros	5.636.519.950
Contribuições Futuras	309.488.923	Benefícios Concedidos	3.132.931.203
Contribuição Normal	122.463.078	Benefícios a Conceder	2.503.588.747
Contribuição Extraordinária	187.025.845	Resultados Realizados	159.831.215
Total	5.796.351.165	Total	5.796.351.165

Fundos previdenciais

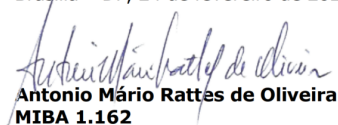
Na data desta reavaliação atuarial, como também no exercício anterior, não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembremos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 24 de fevereiro de 2022.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

ANTONIO Assinado digitalmente por
MARIO ANTONIO
RATTES DE MARIO RATTES
OLIVEIRA: DE OLIVEIRA
25945068349 IRA:25945068349
9 Data: 2022.02.24 11:30:37-03'00'

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO
CERES**

EMBRAPA

POSIÇÃO EM 31/12/2021

PLANO EMBRAPA-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano de benefícios Embrapa-FlexCeres, patrocinado pela Embrapa e administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2021.

Nossa avaliação tomou por base as normas regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a Resolução CPNC nº 30/2018, que trata, dentre outros, da apuração de resultados atuariais, e a Instrução PREVIC nº 33/2020, que normatiza a referida resolução.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2020, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2020, foram definidas com base no estudo de adequação, concluindo-se pela manutenção das hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, com exceção do fator de capacidade que passou de 0,98548973 para a 0,97866021, da tabela de mortalidade geral que passou de BR-2010 M&F para BR-2015 M&F, da atualização da família média de pensão referente aos beneficiários dos participantes e da adoção integral do cadastro real dos beneficiários dos aposentados para o cálculo da reversão em pensão.

O impacto atuarial decorrente da alteração acima está apresentado na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2021 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião é que o cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial está apto a ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pela variação patrimonial, com um teto fixado na variação do INPC.

O plano Embrapa-FlexCeres foi implantado a partir de maio de 2007 e possui apenas um grupo de custeio.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2021

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	0,92%
Patrocinadora	0,46%
Participante	0,46%
Administrativo	0,00%
Patrocinadora	0,00%
Participante	0,00%
Total	0,92%
Patrocinadora	0,46%
Participante	0,46%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Embrapa-FlexCeres representavam na data desta avaliação atuarial 0,92% dos salários-de-participação, observando-se uma redução no custo em relação ao percentual registrado na avaliação de 31/12/2020, que foi de 1,66%. A redução do custo total decorre da transferência do custo administrativo previdencial ‘ o custo administrativo de investimentos e da redução dos custos dos benefícios de risco devido à diminuição, de uma forma geral, das metas dos benefícios.

Plano de custeio para 2022

Na tabela nº 02 está apresentado o plano de custeio para 2022, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2021 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

O custeio dos benefícios de risco para 2022 será de 0,92%, igual ao custo dos benefícios de risco apurado em 31/12/2021 de 0,92%. Já o custeio administrativo para 2022 será igual a 0,00%, pois não há custo administrativo previdencial identificado em 31/12/2021.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2022

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	13,20%
Patrocinadora	6,13%
Participante	7,07%
Benefícios de risco	0,92%
Patrocinadora	0,46%
Participante	0,46%
Administrativo	0,00%
Patrocinadora	0,00%
Participante	0,00%
Total	14,12%
Patrocinadora	6,59%
Participante	7,53%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,00%.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2022, tendo como base a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019, que estabelece em seu art. 6º., § 2º, que o plano de custeio da avaliação atuarial de encerramento de exercício deve entrar em vigor até o dia 1º abril do exercício seguinte ao de referência da respectiva avaliação atuarial.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Embrapa-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Instrução PREVIC nº 33/2020, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2021, resultado atuarial nulo, não havendo insuficiências de cobertura do grupo de custeio.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Embrapa-FlexCeres eram, em 31/12/2021:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Rubrica	31/12/2020	31/12/2021	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.409.936.732	1.471.363.796	4,36%
Provisões Matemáticas	1.409.936.732	1.471.363.796	4,36%
Benefícios Concedidos	78.618.992	86.901.012	
Benefícios a Conceder – Risco	584.436	0	
Benefícios Futuros	42.488.116	33.737.910	
Contribuições Futuras	-41.903.680	-33.737.910	
Saldo de Contas dos Benef. Prog.	1.330.733.305	1.384.462.784	
Resultados Realizados	0	0	
Ajuste de Precificação	11.888.250	13.888.747	16,83%
Resultado Ajustado ⁽¹⁾	11.888.250	13.888.747	16,83%

(1) Conforme estabelece a legislação em vigor, o resultado ajustado não pode ser utilizado para fins de utilização de superávit.

As provisões matemáticas dos benefícios de risco foram reavaliadas com base nas metas estabelecidas para os benefícios programados em 31/12/2021.

A rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2021 foi de - 0,94% em termos nominais. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial de 14,91%, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -13,80% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, notadamente pela entrada de novos participantes no plano, variações salariais ocorridas, alterações de meta de benefícios, alteração nas hipóteses atuariais e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2021, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alteração na premissa atuarial e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. A principal causa, da perda atuarial identificada no ano, foi o desempenho patrimonial aquém do esperado. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais podem contribuir para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e, também, outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2021, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2021 – R\$ MILHÕES

Item	Efeitos das mudanças nas hipóteses atuariais					Diferença positiva ou negativa entre as hipóteses e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de Juros	Tábuas Biométricas	Fator de Capacidade	Crescimento Salarial	Família Média e Real	Rentabilidade	Biométricos e Financeiros	
Ganho	R\$ 0,00	R\$ 0,27	R\$ 0,61	R\$ 0,00	R\$ 0,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1,37
Perda	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 12,99	-R\$ 1,36	-R\$ 14,35
Total	R\$ 0,00	R\$ 0,27	R\$ 0,61	R\$ 0,00	R\$ 0,50	-R\$ 12,99	-R\$ 1,36	-R\$ 12,98

Resultado atuarial de 31/12/2021 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um resultado nulo acumulado, em 31/12/2021, tendo apresentado resultado semelhante no exercício de 2020, e na nossa opinião a natureza do resultado acumulado é estrutural. O resultado nulo no ano de 2021 foi devido a eventos diversos cujos efeitos, praticamente, se compensaram, como rentabilidade aquém do esperado, ajuste na base de dados do cálculo da reversão em pensão dos aposentados, reajuste de benefícios igual a zero, compatível com a variação da cota patrimonial, redução da meta de benefícios, reversão parcial do fundo de risco, dentre outros.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL – 31/12/2021

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.471.363.796	Benefícios Futuros	1.505.101.706
Contribuições Futuras	33.737.910	Benefícios Concedidos	86.901.012
Contribuição Normal	33.737.910	Benefícios a Conceder	1.418.200.694
Contribuição Extraordinária	0	Resultados Realizados	0
Total	1.505.101.706	Total	1.505.101.706

Fundos previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2021, o montante de R\$ 96.207.763 em saldos de fundos previdenciais, distribuídos conforme o quadro seguinte.

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS –31/12/2021

Discriminação	2020	2021	Variação
Fundos Previdenciais	97.442.810	96.207.763	-1,27%
Fundo Coletivo de Desligamento	8.678.166	9.939.409	14,53%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	14.204.490	14.658.089	3,19%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	74.560.154	71.610.265	-3,96%

Além do processo habitual de atualização, constituição e reversão mensal dos fundos previdenciais, ocorrido ao longo do ano de 2021, de acordo com a metodologia de manutenção desses fundos, em 31/12/2021 ocorreu uma reversão específica do Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões, no montante de R\$ 11.224.287, com o objetivo de restaurar o equilíbrio atuarial do plano, em sintonia com a destinação dos fundos previdenciais.

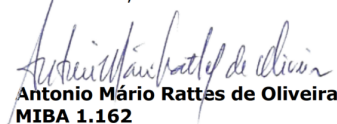
A constituição e finalidade do Fundo Coletivo de Desligamento estão previstas no regulamento do plano de benefícios, e a constituição dos Fundos de Riscos foi feita com base em contribuições regulamentares excedentes com a finalidade de cobertura de oscilações dos benefícios de risco, porém os fundos previdenciais, de uma forma geral, têm por finalidade precípua a garantia da solvência financeira e atuarial do plano de benefícios.

Comentários finais

Reiteramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 24 de fevereiro de 2022.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

ANTONIO Assinado
MARIO digitalmente por
RATTES DE ANTONIO
OLIVEIRA: MARIO RATTES
2594506834 DE OLIVE
Data: 2022.02.24
9 11:30:37-03'00"